

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	9
5.3 - Descrição - Controles Internos	16
5.4 - Programa de Integridade	21
5.5 - Alterações significativas	23
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	24

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	25
10.2 - Resultado operacional e financeiro	52
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	59
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	60
10.5 - Políticas contábeis críticas	63
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	72
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	73
10.8 - Plano de Negócios	74
10.9 - Outros fatores com influência relevante	76

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

O Grupo Energisa ("Grupo"), do qual a Companhia faz parte, possui uma Política de Gestão de Riscos e um Manual de Gestão de Riscos.

O Manual de Gestão de Riscos e a Política de Gestão de Riscos, datados de 31 de março de 2010, tem por objetivo descrever o modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Grupo Energisa, monitorando atividades, sistemas, processos e controles internos.

Ambos os documentos foram elaborados de acordo com a metodologia adotada para gestão dos riscos no Grupo Energisa.

A estrutura do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), adotada pelo Grupo Energisa, define que a implementação de uma estrutura de controles internos deve contemplar componentes inter-relacionados, considerando todas as unidades, os processos, os subprocessos e as atividades do Grupo Energisa.

Estes componentes direcionam a forma como o Grupo Energisa pode elaborar o desenho, a implementação e a manutenção de sua estrutura de controles internos, contemplando quatro objetivos principais:

- agregar valor aos acionistas por meio de objetivos estratégicos alinhados à missão/visão do Grupo Energisa;
- promover a eficácia e eficiência das operações;
- assegurar a confiabilidade do reporte de informações; e
- observar as leis e as regulamentações vigentes.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção

O Grupo Energisa atua com base em uma Política de Gestão de Riscos, que visa evitar, mitigar, remediar, acompanhar, certificar ou otimizar os controles internos, de tal forma a reduzir ou eliminar os impactos negativos e aprimorar os fatores positivos. A Energisa S.A. e as distribuidoras contam com um manual que contempla todas as políticas, os riscos, os procedimentos e as responsabilidades necessárias.

Manual de Gestão de Riscos

Principais Objetivos

O Manual de Gestão de Riscos tem o objetivo de descrever o modelo de Gestão de Riscos adotado pelo Grupo Energisa para monitorar suas atividades, sistemas, processos e controles internos, a fim de assegurar que:

- a) Os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados, avaliados e minimizados em um nível aceitável, conforme definido pela alta administração do Grupo;
- b) A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- c) Os potenciais conflitos de interesse sejam identificados e os riscos associados sejam minimizados, por meio da implantação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades;
- d) Todos os funcionários compreendam claramente os objetivos do processo de gestão de riscos e os papéis, funções e responsabilidades atribuídas aos diversos níveis hierárquicos da organização; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

e) As unidades usuárias compreendam claramente o papel, objetivos, funções e responsabilidades dos gestores (funcionários designados pelo Grupo Energisa como responsáveis, nas áreas, pelas atividades relacionadas à Gestão de Riscos).

(i) os riscos para os quais se busca proteção

O Grupo busca proteção para todos os riscos citados no item 4.1, através de um planejamento estratégico criterioso de suas atividades, uma governança estruturada, uma gestão voltada para resultados e a constante melhoria dos seus controles internos.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos utilizados para proteção englobam o planejamento estratégico como um todo, desde a elaboração de procedimentos internos e controles associados que reduzam as incertezas e garantam a execução plena dos planos de negócios, até a realização de seguros para os riscos que eventualmente não possam ser satisfatoriamente mitigados, passando, necessariamente, pela capacitação do seu quadro de colaboradores, bem como a adoção de políticas e normativos que visem garantir a integridade dos negócios.

A título ilustrativo podemos citar alguns exemplos de instrumentos que são utilizados pelo Grupo, conforme a seguir apresentado.

Dificuldade de se obter recursos necessários por meio de suas operações no mercado de capitais ou de financiamento

A execução da estratégia de investimentos das companhias do Grupo Energisa depende da disponibilidade de recursos financeiros e um custo de financiamento e prazo atrativo. Cenários macroeconômicos e políticos turbulentos podem afetar a disponibilidade de crédito e afetar a capacidade de investimento das distribuidoras do Grupo.

A fim de mitigar os impactos da potencial falta de liquidez, as empresas do Grupo Energisa adotam diretrizes que visam assegurar um nível mínimo de caixa, alinhadas com os objetivos estratégicos do Grupo, de acordo com a definição na Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro ("PGRM"). Para garantir a liquidez dos compromissos do Grupo Energisa, a Vice-Presidência Financeira deverá manter recursos mínimos disponíveis e aplicações financeiras, visando garantir os compromissos de endividamento de curto prazo, depósitos de garantia, chamadas de margem por operações de derivativos, entre outros. O limite de caixa mínimo deverá ser o equivalente ao maior entre:

- 30 dias de faturamento bruto do exercício anterior; ou
- 50% do EBITDA Ajustado do ano anterior; ou
- Disponibilidades suficientes para que a razão Caixa e Equivalentes / Dívida de Curto Prazo seja maior que 1,25 vezes.

Perdas técnicas e/ou perdas comerciais de energia

O combate às perdas de energia é essencial para assegurar um melhor desempenho financeiro e maior controle sobre as fraudes sofridas pelas distribuidoras de energia. O Grupo Energisa tem intensificado as ações de fiscalização das unidades consumidoras das distribuidoras, visando combater o furto no consumo de energia elétrica.

O Grupo Energisa incentiva a troca de experiências e a adoção de melhores práticas entre as distribuidoras de forma que a Administração possa elaborar um plano de medidas com ações específicas para assegurar maior eficiência no combate a perdas. Entre algumas ações adotadas, destacam-se:

- Internalização da força de trabalho das equipes de combate às perdas comerciais, para alcançar melhor desempenho e maior produtividade;
- Inspeção em unidades consumidoras;
- Regularização e blindagem de padrões de medição;
- Instalação de telemedições nos consumidores do Grupo A, com o principal objetivo de monitorar em tempo real a qualidade e a integridade das medições;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Ampliação da atuação do Centro de Inteligência de Controle de Perdas;
- Parcerias com Secretarias de Segurança Pública;
- Substituição de medidores obsoletos; e
- Divulgação nas mídias locais, entre outras.

Alterações nas leis, regras, regulamentos e normas aplicáveis às controladas da Companhia, na qualidade de concessionárias de distribuição de energia elétrica.

A presença de um ambiente institucional regulatório robusto permite que o setor elétrico possa se manter atrativo para investidores, com condições para o desenvolvimento em condições sustentáveis. Faz parte da premissa do Grupo Energisa, considerando suas responsabilidades econômica, social e ambiental, que atue de forma integrada junto ao órgão regulador, de forma que minimize os potenciais impactos de alterações na legislação e na área regulatória.

A área regulatória do Grupo atua no sentido de aprimorar a metodologia atualmente vigente. A interlocução se dá por meio de comunicados e da participação ativa em encontros setoriais e discussões de temas regulatórios e políticas públicas na área de energia.

O modelo de gestão regulatória do Grupo visa a maximização do EBITDA com o aumento da Base de Remuneração Regulatória e controle eficiente de opex e perdas. A gestão regulatória é balanceada com a aplicação eficiente de investimentos nas distribuidoras, com minimização das glosas e baixas do imobilizado. O Grupo busca um patamar eficiente de qualidade de energia (DEC/FEC/compensações) aliado a um nível saudável de custos e despesas operacionais que não impliquem em aumento de perdas e inadimplência.

Algumas medidas recentes em discussão junto a Aneel têm relação com o tema da sobrecontratação, para compensar o aumento do custo de energia comprada e recompor o reequilíbrio da econômico-financeiro das distribuidoras.

Instabilidade na taxa de câmbio

O grupo possui 100% das suas receitas auferidas em território nacional. Entretanto, para aproveitar a liquidez nos mercados externos, com custos de financiamentos e prazos mais atraentes, o Grupo Energisa frequentemente acessa financiamentos em moeda estrangeira amparados pela Lei 4.131/62.

O grupo monitora de perto as condições de mercado e trata com mais conservadorismo as emissões futuras, preferindo optar pela emissão de dívidas e swaps “plain vanilla”, sem a venda de opções. Eventualmente, com a estabilidade da economia brasileira, a Administração pode optar por acessar esses instrumentos no futuro a depender do risco associado às curvas futuras de câmbio.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

Abrangência

Todos os sistemas, processos, operações, funções e atividades do Grupo Energisa considerados críticos estão sujeitos à avaliação de risco, conforme planejamento anual dos trabalhos.

A atuação da área de gestão de riscos abrange todas as áreas/unidades organizacionais do Grupo Energisa, com ênfase para:

- a) Sistemas administrativo-operacionais e os controles internos utilizados em todas as áreas;
- b) A execução de planos, projetos e atividades;
- c) A aplicação e transferência de recursos a entidades públicas ou privadas;
- d) Os contratos e convênios firmados por gestores do Grupo Energisa com entidades públicas ou privadas, para ações de prestação de serviços e execução de obras;
- e) Os instrumentos e sistemas de guarda e conservação dos bens e do patrimônio do Grupo Energisa;
- f) Os sistemas eletrônicos de processamento de dados, suas informações de entrada e de saída, objetivando constatar: (i) segurança física do ambiente e das instalações do centro de processamento de dados; (ii) segurança

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

lógica e a confidencialidade nos sistemas desenvolvidos em computadores de diversos portes; (iii) eficácia dos serviços prestados pela área de informática; (iv) eficiência na utilização dos diversos computadores existentes na empresa;

g) Verificação do cumprimento das normas internas e regulatórias; e

h) As iniciativas estratégicas e os indicadores de desempenho levados a efeito diante do Mapa Estratégico Corporativo.

Estão sujeitos à atuação da área de gestão de riscos quaisquer áreas, unidades organizacionais ou profissionais que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem bens e valores do Grupo Energisa.

Avaliação dos Riscos

A metodologia de avaliação dos riscos é definida no manual de gestão de risco e inclui: etapas, responsáveis e atividades a serem realizadas em cada etapa de avaliação do risco de determinados processos.

É determinado, de acordo com a definição de responsabilidades, o posicionamento (resposta) com relação ao risco considerando seus efeitos (impacto e vulnerabilidade do evento), nível de tolerância e custo-benefício.

A administração do grupo deve buscar uma sinergia com os gerentes responsáveis pelas áreas, pelas funções e pelas unidades de negócio, orientando-os a avaliar os riscos e mostrando as suas atribuições e responsabilidades no gerenciamento dos riscos.

Existem quatro categorias de resposta aos riscos, que estão apresentadas e explicadas na figura abaixo (impacto x vulnerabilidade). Como parte do gerenciamento do risco, o Grupo Energisa terá uma resposta específica para cada risco significativo, devendo reavaliá-lo com base em sua classificação residual.

Matriz de Risco

Impacto	Muito alto	5	CERTIFICAR	MITIGAR	MITIGAR	MITIGAR	MITIGAR
	Alto	4	OTIMIZAR	ACOMPANHAR	MITIGAR	MITIGAR	MITIGAR
	Médio	3	OTIMIZAR	OTIMIZAR	ACOMPANHAR	MITIGAR	MITIGAR
	Baixo	2	OTIMIZAR	OTIMIZAR	OTIMIZAR	ACOMPANHAR	MITIGAR
	Muito baixo	1	OTIMIZAR	OTIMIZAR	OTIMIZAR	OTIMIZAR	CERTIFICAR
			1	2	3	4	5
			Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
			Vulnerabilidade				

- Otimizar: Esse tipo de risco não deve causar perdas acima da tolerância definida e possui mecanismos suficientes para mitigação. Assim, a estratégia a ser definida deve considerar a reavaliação dos mecanismos para mitigação do risco e identificação controles suficientes e necessários;
- Acompanhar: deve ser verificado se as possíveis perdas não aumentam em decorrência de novos cenários que possam alterar a exposição, visto que o risco não deve causar perdas acima da tolerância definida, porém podem ou não possuir controles suficientes para sua mitigação;
- Certificar: esse tipo de risco pode causar perdas acima da tolerância e podem ou não possuir controles suficientes para mitigação. Dessa forma, esses controles devem ser testados periodicamente para que sua eficácia seja certificada, bem como novos controles podem ser introduzidos. Os riscos posicionados nesse quadrante podem direcionar testes por meio de interface no sistema de gestão de riscos; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Mitigar: esse tipo de risco pode causar perdas acima da tolerância definida e podem ou não possuir controles suficientes para mitigação. Dessa forma, devem ser desenhados e implementados planos de ação para a mitigação do risco.

Considerando a necessidade de mitigação do risco, é necessário definir planos de ação com base na avaliação e no resultado dos controles de maneira que responda ao risco, priorizando as deficiências encontradas, implementando-os dentro dos prazos exigidos, com alocação eficiente dos recursos.

Política de Gestão de Riscos

Objetivos

Definir as diretrizes do modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Grupo Energisa, a fim de assegurar que as áreas potenciais de conflitos de interesse sejam identificadas e os riscos de negócio inerentes às atividades do Grupo sejam avaliados e minimizados em um nível aceitável, por meio da implementação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento dessas atividades.

A Política deve ser considerada em conjunto com os demais padrões, normas e procedimentos aplicáveis adotados pelo Grupo Energisa.

Os detalhamentos dos conceitos abordados nessa política estão documentados no Manual de Gestão de Riscos.

Abrangência

Esta política se aplica a todo o Grupo Energisa.

Diretrizes

A existência de um modelo de gerenciamento de riscos incorporado à estrutura de gestão do Grupo Energisa auxilia seus executivos a priorizar ações para assegurar que seus objetivos de negócio sejam atendidos.

Para que esses objetivos sejam atendidos, existem diretrizes que devem ser seguidas pelo Grupo, a fim de garantir o processo contínuo de gestão do risco, conforme definido abaixo.

Estrutura

O Grupo Energisa deve procurar manter uma estrutura corporativa adequada para a gestão de riscos, considerando a adoção de metodologias e processos que estejam alinhados com as melhores práticas de mercado.

Processos

O processo de gestão de riscos do Grupo deve compor elementos que sejam capazes de identificar, avaliar, monitorar e reportar aos níveis organizacionais aplicáveis quanto aos riscos de negócio inerentes às suas atividades e que afetam seus objetivos estratégicos.

Governança

A gestão de riscos do Grupo Energisa deve considerar elementos de governança em suas atividades, que inclui a definição de normas e procedimentos, realização de pesquisas de mercado para avaliar a evolução da gestão de riscos, definição de responsabilidades e níveis de reporte e constituição de um Comitê de Gestão de Riscos.

Cultura

A cultura de prevenção aos riscos deve estar permanentemente inserida no contexto operacional do Grupo para que seus colaboradores tenham a capacidade de identificar, avaliar e monitorar os riscos.

Nível de tolerância

O nível de tolerância aos riscos corporativos deve ser avaliado tempestivamente, a fim de se definir qual o grau de exposição ao risco que o Grupo Energisa está disposto a aceitar para atingir suas metas e objetivos.

Nível de exposição

O Grupo Energisa deve manter uma estrutura de controles internos adequada para minimizar o grau de exposição dos riscos e esses controles

Valorização dos riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Grupo Energisa deve manter uma metodologia de valorização dos riscos para avaliar seu nível de exposição, considerando sua vulnerabilidade e impacto de cada risco.

Redução de custos

A gestão de riscos, além de prevenir o Grupo Energisa contra possíveis ameaças externas e internas, deve garantir que não haja uma excessiva utilização de recursos, pessoas e processos nas atividades operacionais.

Prevenção e correção

O Grupo Energisa deve adotar em toda sua abrangência medidas preventivas e corretivas capazes de garantir que os riscos sejam prevenidos antes de sua ocorrência ou minimizados após sua materialização.

Monitoramento e reporte

Os executivos do Grupo Energisa devem estar periodicamente cientes dos principais riscos que o Grupo Energisa está exposto e devem ser elaborados indicadores de riscos para que haja o adequado monitoramento.

Comunicação

O Grupo Energisa deve adotar uma eficaz e ampla sistemática para comunicação das ações da gestão de riscos de forma que seus profissionais estejam engajados e alinhados com os objetivos estratégicos.

Definição de responsabilidades

O Grupo Energisa deve definir os papéis e responsabilidades de cada um dos profissionais envolvidos na gestão de riscos, principalmente nas atividades associadas à identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos corporativos.

Tecnologia

Sempre que possível, a tecnologia da informação deve ser utilizada em todas as etapas da gestão de riscos, visto sua importância na automatização dos controles.

Treinamento e capacitação

O Grupo Energisa deve promover treinamento adequado aos seus colaboradores para que estes executem apropriadamente as atividades relacionadas à identificação, avaliação e monitoramento dos riscos.

Comitê de Gestão de Riscos

O Grupo Energisa deve manter um Comitê de Gestão de Riscos para garantir a eficácia das ações relacionadas à gestão de riscos.

As funções e responsabilidades dos colaboradores envolvidos no processo de gestão de riscos são definidas no Manual de Gestão de Riscos aprovado pelo conselho de administração:

a) Comitê de Auditoria e Riscos

Acompanha o processo de Gestão de Riscos propondo alterações com vistas à melhoria do monitoramento dos riscos aos quais o Grupo Energisa está exposto e assegura a efetiva divulgação das normas e procedimentos, bem como da realização das ações de controle previstas para os riscos.

b) Gestor de riscos

Dissemina a cultura de gerenciamento de riscos e os controles internos associados e assegurar a eficiência e eficácia do contínuo processo de gestão de riscos. É responsável pela definição das diretrizes gerais de gestão de riscos, pelo monitoramento e reporte do nível de exposição do Grupo.

c) Analista de riscos

Identifica os riscos e controles contidos nos processos e realiza avaliação qualitativa e quantitativa do processo de avaliação de riscos. Tem como responsabilidades principais o suporte aos usuários-chave na identificação de riscos e mapeamento dos controles internos.

d) Gestor de área

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Garante o mapeamento e o monitoramento dos processos, valida com o usuário-chave os riscos identificados em seus processos sob sua responsabilidade e define a estrutura de controles internos para evitar ou minimizar a materialização dos riscos.

e) Usuário-chave

Identifica e analisa os riscos inerentes às atividades dos processos, define em conjunto com seu Gestor a estrutura de controles internos e reporta informações à área de Gestão de Riscos.

f) Gestor de tecnologia da informação

Constrói e monitora os bancos de dados necessários para a Gestão de Riscos e assegura que o sistema para suporte a Gestão de Riscos tenha a funcionalidade necessária para a eficiência e eficácia do processo. Auxilia também as áreas de negócio no desenho de controles internos automatizados.

• a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Conforme mencionado nos itens (a) e (b) acima, o Grupo Energisa possui uma área de gestão de riscos cujos principais objetivos se encontram listados abaixo:

a) Contribuir para a melhoria do processo da governança corporativa e controles internos, auxiliando os profissionais da empresa, naquilo que couber, a desempenharem melhor as suas funções, contribuindo para aprimorar o funcionamento do negócio e gerar maior confiança do mercado e investidores;

b) Assegurar que os principais riscos a que as empresas estão expostas sejam previamente identificados e listados, auxiliando assim o processo de tomada de decisões;

c) Contribuir para melhoria dos processos internos, visando à eficiência desses processos, a redução de riscos e a uniformidade entre empresas do Grupo Energisa;

d) Preservar e agregar valor econômico à organização, contribuindo fundamentalmente para a realização de seus objetivos e metas de desempenho. Além disso, deve facilitar a adequação da organização aos requerimentos legais e regulatórios, fatores críticos para sua perenidade;

e) Assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão empresarial, a eficiência, a eficácia, a efetividade e a equidade desses atos, assim como sua aderência regulatória e estratégica;

f) Acompanhar a implantação das recomendações e determinações levantadas nos relatórios internos;

g) Estabelecer e monitorar planos e programas de análise de riscos, objetivando uma maior eficiência e eficácia dos controles internos administrativos, colaborando para a redução das possibilidades de fraudes e erros e eliminação de atividades que não agregam valor para a empresa;

h) Elaborar o planejamento anual das atividades da área de gestão de riscos;

i) Promover diligências e elaborar relatórios por demanda do conselho de administração, Comitê de Gestão de Riscos e presidentes/diretores das empresas; e

j) Assessorar a presidência, as diretorias e o conselho de administração, nos assuntos de sua competência.

A área de gestão de riscos deve reportar-se ao Comitê de Auditoria e Riscos (ligado ao conselho de administração da empresa), com vinculação funcional à vice-presidência financeira. Essa vinculação tem por objetivo proporcionar um posicionamento suficientemente elevado de modo a conferir-lhe independência organizacional e permitir-lhe desincumbir-se de suas responsabilidades com abrangência.

A área de gestão de riscos, em suas atividades técnicas, deve atuar em sintonia com as normas e padrões nacionais e internacionais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Resguardada a independência da área de gestão de riscos, será prestado apoio aos gestores no fornecimento de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, com a disponibilização, para fins de consulta, dos papéis de trabalho utilizados e/ou produzidos, incluindo os programas e os elementos comprobatórios respectivos, bem como no atendimento das solicitações de trabalhos específicos.

O trabalho de gestão de riscos deve ser executado por profissionais com expertise na área, que tem como princípio avaliar de forma equilibrada as circunstâncias relevantes e apresentar julgamentos sem influência de interesses particulares ou opiniões alheias.

A Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação do Grupo Energisa com montantes e indicadores preestabelecidos na Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro e nos regimentos internos das diretorias do Grupo Energisa.

A Política está em conformidade com as melhores práticas internacionais e alinhada com os objetivos estratégicos do Grupo Energisa, tratando os limites em termos consolidados, de forma a mensurar o somatório dos riscos associados ao Grupo Energisa.

O documento possui validade de dois anos a contar da data da aprovação pelo Conselho de Administração, podendo ser revisto em caso de aperfeiçoamentos que assegurem seu objetivo. A última versão da Política foi revisada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 14 de maio de 2020. A Política é disponibilizada no website da Companhia, permitindo o amplo acesso ao público.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política é mapear, monitorar e gerenciar os possíveis riscos que o Grupo Energisa está sujeito, em conformidade com as melhores práticas internacionais, alinhando objetivos estratégicos, e tratando limites em termos consolidados, de forma a mensurar o somatório dos riscos associados ao Grupo Energisa.

i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção:

Os riscos de mercado para os quais se busca proteção são:

1. Risco de taxa de juros e de câmbio;
2. Risco de crédito;
3. Risco de liquidez.

ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*):

O Grupo Energisa tem como estratégia de proteção patrimonial o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap*.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo.

iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*):

O Grupo Energisa utiliza para fins de proteção patrimonial instrumentos de proteção às taxas de juros e variação cambial como *swaps*, opções europeias e *non deliverable forwards* (NDFs).

iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Conforme indicado na seção 5.1, o Grupo Energisa adota diversos parâmetros de acordo com o risco que pretende mitigar.

iv.a) Endividamentos:

O Grupo Energisa busca o controle dos endividamentos pela sua quantidade, duração média ("*duration*"), custo, garantias e escolha de credores (observando qualidade e concentração).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Apesar do benefício da dívida em uma estrutura de capital, a limitação do montante de endividamento faz-se necessária para evitar uma alavancagem excessiva do projeto/empresa, além de reduzir o risco de ultrapassagem dos limitadores financeiros (“covenants”), existentes na maioria dos contratos financeiros. Adicionalmente, a limitação do endividamento visa a reduzir o risco de refinanciamento, através da compatibilização com a geração de caixa do projeto/empresa, evitando percepção negativa por parte do mercado de capitais sobre o risco associado, preservando, assim, a qualidade do crédito.

Outro acompanhamento efetuado diz respeito à distribuição do endividamento por credor. O Grupo Energisa, na medida do possível, e tendo em vista o elevado grau de concentração do mercado brasileiro, poderá estabelecer limites de endividamento por credor, buscando não concentrar posições (facilitando acesso ao crédito por maior capilaridade), buscando alternativas que ofereçam menor custo, maior *duration* e menores restrições financeiras e operacionais (“covenants”).

A contratação de qualquer endividamento deverá observar: (i) a aderência ao orçamento aprovado, (ii) o Regimento Interno da Diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações; (iii) as aprovações específicas do Conselho de Administração, quando necessário, já refletindo as condições principais dos contratos a serem firmados e (iv) as aprovações de órgãos reguladores, quando necessário na vinculação de garantias da concessão.

A gestão dos endividamentos deverá buscar o enquadramento aos seguintes limites:

- Limite de Alavancagem:

O limite de alavancagem será definido pelo indicador Dívida Total Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (“Limite de Endividamento Líquido”), conforme conceito descrito na mais recente emissão de dívida a mercado. Nos casos de aquisições de ativos/empresas, ou mesmo a descontinuidade de ativos/empresas, deverá ser perseguida a construção de dívidas e EBITDAs pro-forma, para visualizar uma relação mais justa para essa apuração.

Limite de Endividamento Líquido Consolidado: para o período de validade dessa revisão (até maio de 2022) o limite deverá refletir uma alavancagem máxima de 4,0x, sendo desejável permanecer próximo de 3,5x. Será permitindo ultrapassar este limite em momentos específicos de aquisição de ativos ou realização de investimentos mais expressivos em projetos, que serão precedidos de aprovação do Conselho de Administração, adotando, neste caso, um período de cura de até 36 meses;

Adicionalmente, a Energisa deverá procurar ater-se aos limites mínimos de rating corporativo equivalente a BB- (Fitch e/ou S&P) e Ba3 (Moody's) em escala global e AA- (Fitch e/ou S&P) e Aa3 (Moody's) em escala nacional, ou o equivalente a um notch abaixo do rating soberano Brasil, o que for menor.

Os limites acima apresentados deverão sempre observar o cumprimento dos covenants firmados nos contratos de financiamento e emissões de dívidas nos mercados local e externo.

A Vice Presidência Financeira deverá observar o limite de alavancagem das sociedades distribuidoras de energia elétrica controladas pela Companhia, de forma a não distanciá-las da alavancagem regulatória e dos compromissos firmados com o Regulador.

- Prazo Médio Mínimo Perseguido (*Duration*):

O Grupo Energisa deverá buscar preservar um prazo médio da dívida líquida consolidada superior a 4 (quatro) anos, o que dependerá, naturalmente, das condições de mercado para as novas emissões. Operações caracterizadas como empréstimo-ponte poderão ser contratadas visando uma colocação futura em melhores termos, obedecendo os limites de alavancagem.

- Limite de Concentração em Credores:

Observada a atratividade das taxas praticadas por esses agentes, buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, visando a prática de custo médio do capital de terceiros e “duration” mais adequados às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica.

Bancos de fomento operam, em condições normais de mercado, com limites máximos de exposição equivalentes a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

30% do Ativo Total das empresas e/ou grupos econômicos financiados, para níveis de rating equivalentes ao da Companhia, o que iremos perseguir, observando o Limite de Alavancagem e as condições oferecidas pelos respectivos bancos de fomento.

O Grupo Energisa deverá privilegiar operações de mercado de capitais, em detrimento a financiamentos diretos contratados com bancos comerciais. A Companhia deverá perseguir a maior pulverização de suas dívidas (evitando concentração de exposição). Deverão ser privilegiadas operações sem garantias ("clean"), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia. A cessão de recebíveis em garantia poderá ser utilizada como instrumento de barateamento do custo do financiamento ou mesmo sua viabilidade em momentos de crédito escasso e caro. A menos que tenhamos condições realmente diferenciadas ou mesmo uma exigência do credor para estas operações com instituições financeiras de fomento, deve-se buscar a menor exposição possível, mantendo, a todo tempo, pelo menos 30% dos recebíveis desonerados;

- Garantias pessoais de executivos ou acionistas não deverão ser praticadas, visando a independência operacional e financeira das empresas.

A Energisa S/A poderá prestar garantias às operações financeiras de suas subsidiárias.

É importante a presença do Grupo Energisa em todos os mercados de capitais, inclusive internacional, porém limitando a exposição a moedas estrangeiras a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total da dívida onerosa. Eventuais desenquadramentos a este limite deverão ser ajustados em até 120 dias, seja pela redução do estoque de dívida em moedas estrangeiras ou pela contratação de instrumentos financeiros derivativos que neutralizem os efeitos de movimentos cambiais adversos. Operações em moeda estrangeira com swap plain vanilla não são consideradas operações com exposição cambial, sendo que deverão buscar "hedge account" ou "fair value hedge" para limitar volatilidade no balanço.

iv.b) Aplicações Financeiras:

O controle das aplicações financeiras do Grupo Energisa busca mitigar o risco de contraparte, ou seja, o risco associado à possibilidade da entidade não honrar seus compromissos de pagamentos.

Os limites abaixo tratados deverão ser obedecidos tanto pelos investimentos diretos quanto pelos fundos de investimentos exclusivos nos quais o Grupo Energisa aplicar, sendo considerados de forma consolidada.

A ENERGISA monitora constantemente a composição dos fundos de investimentos exclusivos e não exclusivos que compõem o portfólio de alocação dos recursos. Ao se tornar cotista de um fundo de investimento não exclusivo, a ENERGISA delega a gestão da carteira de investimento respeitando a discricionariedade do gestor (observadas as restrições e política de investimentos do fundo). Eventualmente, algumas aplicações realizadas pelos gestores de fundos não exclusivos poderão apresentar divergências sobre os limites e regras definidas nesta Política de Investimentos, devendo a ENERGISA avaliar, dentro do monitoramento, as ações e procedimentos para resgate ou manutenção da aplicação.

Ativos e Grupos Elegíveis

Serão permitidas aplicações em Títulos Públicos Federais, CDBs, RDBs, Letras Financeiras, debêntures e em fundos de investimentos (observando a limitação abaixo apresentada). Não será permitida a aplicação em ações resgatáveis, dívida subordinada (exceto nas cotas subordinadas dos FIDCs do próprio Grupo Energisa e nos CDBs/Letras Financeiras subordinados de bancos de primeira linha que possuam rating equivalente a AAA (S&P/Fitch) ou Aaa (Moody's), ou que possuam mesmo rating soberano (Escala Nacional Brasil), observando duration máximo de dois anos) e "quasiequity" (ações preferenciais com dividendos fixos a exemplo do praticado nos EUA).

- A aquisição de debêntures deverá contar com a aprovação caso-a-caso do Comitê de Gestão de Riscos.

- A aplicação em Títulos Privados de companhias controladas, direta ou indiretamente, pela Energisa, somente será permitida observado a regulamentação específica da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e a avaliação prévia da Vice Presidência Regulatória do Grupo Energisa. São permitidas aplicações em Títulos Privados emitidos por fornecedores (risco sacado) e/ou consumidores, inclusive na hipótese de refinanciamento, parcelamento, ou qualquer outra modalidade de renegociação de dívida de fornecedores e/ou consumidores com

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

o Grupo Energisa, através da estruturação de títulos de dívidas ou lastro em posições comerciais existentes;

- Limite mínimo de Rating para Bancos: classificação equivalente a A+ (Local) ou igual ao rating soberano local, o que for menor, sempre observando a menor classificação existente quando houver mais de uma cobertura. No caso de bancos estrangeiros que suportem formalmente suas filiais ou controladas brasileiras, poderá ser considerado desde que observando o limite de rating global A- para a matriz;
- Limite mínimo de Rating para Empresas: AA- ou igual ao rating soberano local, o que for menor, sempre observando a menor classificação existente quando houver mais de uma cobertura;
- Como os fundos normalmente não possuem rating deverão ser observados: (i) aplicação em gestores com Patrimônio sob gestão superior a R\$ 5 bilhões (ii) que os fundos sejam administrados por instituições financeiras com reconhecida experiência no mercado brasileiro, e (iii) que tenhamos acesso à composição da carteira do fundo, visando a avaliação do enquadramento a esta política;
- Deverão ser considerados apenas os ratings expedidos por S&P, Moody's e Fitch.

Limite de Aplicações:

- Concentração máxima por Banco ou Empresa: R\$800 milhões ou até 30% (trinta por cento), o que for menor, do total aplicado pelo Grupo Energisa para o caso de Bancos com o mesmo rating soberano (Escala Nacional Brasil). R\$ 150 milhões ou até 10% (dez por cento), o que for menor, do total aplicado para o caso de Bancos com rating um notch abaixo do rating soberano, observado o menor rating e ainda 15% (quinze por cento) para títulos de dívidas de empresas, observados os limites abaixo.
- Limite de Concentração: limite de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da instituição financeira ou empresa, considerando a demonstração financeira trimestral mais recente. Para fundos, o limite de concentração deverá ser de 15% (quinze por cento) do Patrimônio do fundo, observado a todo o tempo, exceto em caso de fundos exclusivos constituídos pela própria Companhia. Alternativamente, caso a operação de CDB ou RDB seja na modalidade de DPGE, poderá ser aplicado até o limite garantido, hoje fixado em R\$20 milhões para o somatório das aplicações nesta modalidade de investimento para cada CNPJ, obedecendo a exposição máxima de 5% em relação ao Patrimônio Líquido do banco. Deverão ser observados todos os procedimentos de formalização que assegurem a efetividade da garantia pelo Tesouro Nacional para a modalidade de DPGE;
- Aplicações financeiras com duration de indisponibilidade de liquidez superior a 2 (dois) anos deverão contar com aprovação específica do Conselho de Administração, exceto se em títulos públicos federais;
- Quaisquer outras eventuais concessões a serem estabelecidas precisam ser aprovadas pelo Conselho de Administração.
- As aplicações em fundos deverão observar os seguintes limites adicionais:
 - Fundos Referenciados DI e Fundos de Renda Fixa - observados apenas os limites de concentração, acima apresentados;
 - Fundo Multimercado - R\$ 500 milhões ou até 15% do valor consolidado aplicado pelo Grupo Energisa, o que for menor, exceto para fundos exclusivos;
 - Fundos de Ações e Fundo Cambial - não deverão ser utilizados, exceto como hedge de alguma posição passiva correspondente;
 - Fundos de Fundos e Fundos Mistos - observadas as limitações acima, no tratamento dos fundos originários.

iv.c) Derivativos:

A estruturação de operações de derivativos faz-se importante para a mitigação de riscos de efeitos adversos associados ao mercado financeiro.

Devido a riscos de preços de mercado, liquidez e contraparte, estas operações devem ser acompanhadas diariamente por consultores independentes de risco de caixa e dívida. O Grupo Energisa deverá contratar serviço

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

especializado independente, sempre que existirem dívidas em moeda estrangeira ou posições em instrumentos financeiros derivativos, e deverá obedecer aos seguintes limites e preceitos:

“Notional” das Operações

- Enquanto existirem financiamentos em moeda estrangeira, o Grupo Energisa deverá buscar, preferencialmente, formas de proteção ou swap cambial para seu endividamento em operações “plain vanilla”. Caso não disponível em custo razoável, o limite mínimo de proteção para operações de “hedge” e/ou “swap” de taxa de câmbio deverá ser de 85% do Notional de Endividamento em moeda estrangeira, limitada a 100% deste endividamento (não é permitida alavancagem);
- A quantidade máxima contratada em operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) deverá obedecer 100% do limite do “Notional” das Aplicações Financeiras e/ou 100% do “Notional” do Endividamento em moeda local (Reais).
- Qualquer operação de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras), cujo valor de mercado represente uma perda imediata ou potencial superior a R\$10 milhões deverá ser submetida ao Comitê de Gestão de Risco para avaliação de liquidação antecipada.

Adicionalmente, o Grupo Energisa poderá transacionar operações envolvendo NDFs - Non Deliverable Forwards - cambiais, visando proteção adicional de balanço ou mesmo a arbitragem em períodos de maior volatilidade, neste caso limitado a US\$50 milhões no somatório destas exposições arbitradas.

- A exposição por instituição financeira, medida pelo MtM (Marked-to-Market) passivo da mesma, não poderá ultrapassar o limite de 5% do Patrimônio Líquido da instituição financeira, observadas as demonstrações financeiras publicadas mais recentes e a mesma limitação de rating aplicável para aplicações financeiras. Este limite de exposição deverá ser observado para qualquer operação de derivativo do Grupo Energisa, independente de sua estrutura;
- Operações de NDFs cambiais, cujo valor de mercado represente uma perda superior a 15% do seu valor de aquisição, deverão ser liquidadas antecipadamente em até 5 (cinco) dias úteis, ou submetidas a avaliação do Comitê de Gestão de Risco para um novo direcionamento, observado este prazo.

Instrumentos Elegíveis para derivativos financeiros:

- Swaps Vanilla (Câmbio, Juros - Pré e Pós, Inflação);
- Opções Europeias (Câmbio);
- Non Deliverable Forwards (NDFs) (Câmbio).

OBS: não se considera como instrumento financeiro para efeitos de limites desta política a emissão de debentures conversíveis ou bônus de subscrição de ações.

iv.d) Garantias financeiras em benefício do Grupo Energisa

Garantias financeiras exigidas pelo Grupo Energisa buscam mitigar o risco de contraparte, ou seja, o risco associado à possibilidade da entidade não honrar seus compromissos de pagamentos. Garantias Elegíveis Serão aceitas três modalidades de garantia, com fator de cobertura de, pelo menos, 100% sobre o ativo/crédito/contrato garantido, considerando na garantia os mesmos critérios de correção do ativo/crédito/contrato garantido:

- Fiança Bancária: observado o limite mínimo de Rating para Bancos com classificação equivalente a AA (Local) ou igual ao rating soberano local, o que for menor, sempre observando a menor classificação existente, quando houver mais de uma cobertura (S&P, Fitch e Moody's).
- Depósito em caução: CDBs de Bancos de Primeira Linha (definidos pelo limite de Rating exigido para Fianças Bancárias), Títulos Públicos Federais ou Cotas de Fundos de Investimentos em Renda Fixa ou CDI, administrados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

por Bancos de Primeira Linha. Os depósitos constituídos deverão possuir liquidez diária, de forma a poderem ser executados a qualquer tempo.

- **Seguro Garantia:** Os seguros apresentados deverão ser contratados junto a companhias seguradoras que estejam classificadas entre as 10 primeiras seguradoras no “ranking” da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados - FENASEG, e que estejam classificadas como “muito boa” no Rating da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados de Capitalização e de Previdência Privada - FENACOR, sempre observando a publicação mais recente. A utilização do Seguro garantia deverá ser formalmente aprovada pelo Presidente da Unidade de Negócios, por um Vice Presidente ou pelo Diretor de Controladoria e Finanças. Deverão ser priorizadas as garantias na seguinte ordem: (i) fiança bancária, (ii) depósito em caução, (iii) seguro garantia, (iv) fiança corporativa (a depender da análise de crédito) e (v) outras garantias a serem previamente aprovadas pela Diretoria de Controladoria e Finanças.

As garantias somente poderão ser aceitas depois de revistas e/ou aceitas pela Diretoria Corporativa Jurídica do Grupo Energisa.

iv.e) Liquidez (Disponibilidades):

Para garantir a liquidez dos compromissos do Grupo Energisa, a Vice Presidência Financeira deverá manter recursos mínimos em disponibilidades e aplicações financeiras, visando garantir os compromissos de endividamento de curto prazo, depósitos de garantia, etc.

- Limite de Caixa Mínimo equivalente ao maior entre:

- 30 (trinta) dias de faturamento bruto do exercício anterior; ou
- 50% (cinquenta) do EBITDA Ajustado do ano anterior; ou
- Disponibilidades suficientes para que a razão Caixa e Equivalentes / Dívida de Curto Prazo seja maior que 1,25x (uma vírgula vinte e cinco vezes).

iv.f) Política de Dividendos:

O pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outros valores das controladas da Energisa S/A, deverá mirar o limite superior (95% do lucro líquido, além dos lucros acumulados), porém, não poderá deteriorar a alavancagem limite de referência estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” e a “alavancagem regulatória”), a duração média dos endividamentos e o custo financeiro da subsidiária e/ou da dívida consolidada, conforme regras previstas na Política.

A Energisa deverá perseguir intervalo de distribuição de resultados entre 35% e 50% do lucro líquido consolidado do exercício, o que poderá ser flexibilizado à medida em que o indicador de intervalo de Limite de Endividamento Líquido Consolidado (conforme definido na Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro da Energisa aprovado pelo Conselho de Administração da Energisa, a “PGRM”) se aproxime do nível inferior. Tal medida visa preservar uma adequada estrutura de capital e otimização tributária da Companhia e, consequentemente, buscar custo médio ponderado de capital (WACC) adequado. A Energisa deverá perseguir uma periodicidade de pagamento semestral, desde que a administração da Energisa entenda que o pagamento semestral é compatível com a situação financeira da Companhia.

v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

A estruturação de operações de derivativos pela Companhia pode ser realizada com o objetivo de adotar posições direcionais para as aplicações: ativo/passivo em taxa pré-fixada, CDI, moedas, entre outros.

Adicionalmente, podem ser realizadas operações de derivativos visando à alteração do indexador de determinados contratos de endividamento.

A Companhia atualmente opera instrumentos financeiros no sentido de *hedge* cambial, para fins de proteção contra as variações nas dívidas em moeda estrangeira amparados pela Lei 4.131/62. Adicionalmente, opera instrumentos financeiros para fins de alterar a exposição do endividamento (por exemplo, dívida em juros pré-

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

fixado para pós-fixado, atrelado ao CDI).

Tais operações de *hedge* representam determinados riscos para a Companhia e, indiretamente, para seus acionistas, quais sejam: a volatilidade do câmbio nos casos em que a Companhia decida por operar swaps com limitadores e nos casos de aumento da taxa de juros, nas operações de arbitragem com alteração de indexador.

A estruturação de operações com derivativos pode, também, ser realizada buscando-se adotar posições direcionais para os empréstimos, de acordo com a expectativa da Companhia sobre comportamento futuro da inflação (IPCA, IPGM) ou juros (CDI), adotando uma posição ativa/passiva em taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Por exemplo, quando a Companhia realiza uma operação de swap de IPCA para CDI, busca tirar exposição ao IPCA em um dado financiamento, visto que a remuneração do caixa do grupo Energisa é atrelada ao CDI ou por que existe a expectativa de queda do CDI.

vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado:

O processo de gestão de risco de mercado financeiro é de responsabilidade da Vice-Presidência Financeira, com apoio consultivo do Comitê de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro (“Comitê”), responsável por avaliar operações, processos e procedimentos e por propor as melhores alternativas. Esse comitê poderá propor à Vice-Presidência Financeira operações a serem avaliadas e, eventualmente, aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro reunir-se-á, pelo menos, trimestralmente, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias a partir de necessidades específicas. O comitê será composto ao menos pelos seguintes membros:

1. Vice-Presidente Financeiro da Energisa;
2. Diretor de Controladoria e Finanças da Energisa;
3. Consultor Externo especializado na gestão de riscos, em especial os riscos de caixa e de dívida. O Comitê deverá, periodicamente, obter suporte independente de especialistas em macroeconomia e mercado financeiro.

O Consultor Externo deverá se encarregar de validar o Relatório Trimestral de Acompanhamento da “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (“Relatório Trimestral de Acompanhamento”), o qual deverá atestar o cumprimento da Política, os “waivers” eventualmente necessários ou vigentes e a recomendação para adequação, caso necessário. Após validado, este Relatório deverá ser encaminhado aos membros do Comitê de Gestão de Riscos.

c) Adequação da estrutura operacional e controle interno para verificação da efetividade da política adotada:

A Vice-Presidência Financeira, apoiada pelo Comitê, pelos relatórios diários recebidos, preparados por consultores independentes, e pelo Relatório Trimestral de Acompanhamento, será responsável pelo gerenciamento da exposição de risco do Grupo Energisa, deliberando sobre a realização de operações financeiras. Tais operações deverão sempre respeitar os parâmetros definidos nesta política e observar as alçadas estabelecidas nos Estatutos e Regimentos Internos das Diretorias. Pelo menos uma vez por ano, o referido relatório será apreciado pelo Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho de Administração. A Auditoria Interna manterá supervisão constante quanto ao enquadramento do grupo na política.

As contratações das operações financeiras serão realizadas de acordo com os procedimentos internos do Grupo Energisa, que estabelecerão o número mínimo de instituições financeiras a serem cotadas (quando for o caso), as alçadas para contratação e as devidas formalizações.

A Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O Manual de Gestão de Riscos abrange todas as empresas e processos do Grupo Energisa, inclusive a elaboração das demonstrações financeiras. Nossa administração avalia a eficácia de nossos controles internos baseada nos critérios estabelecidos em “Controles Internos - Estrutura Integrada” emitido em 2013 pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

Parte dos sistemas de gerenciamento e controle são desenvolvidos internamente pela equipe técnica da Companhia, sendo elaborado de forma customizada, adaptada ao setor de distribuição de energia e as necessidades de nossas empresas e áreas de concessão. Considerando a totalidade das aplicações utilizadas pelo Grupo Energisa, todos os processos críticos da empresa estão automatizados.

Os sistemas da Energisa são divididos em três frentes: administrativos e financeiros (ADMFIN), técnicos e comerciais (TECCOM) e web e mobilidade (WEBMOB).

Os sistemas financeiros estão descritos abaixo:

- SIADP - Aprovação de Documentos e Pagamentos
- SIAFI - Administração Financeira
- SICPG - Contas a Pagar

Os sistemas financeiros realizam integrações entre si e com outras aplicações, sendo essas aplicações desenvolvidas internamente ou não. Essas integrações ocorrem por meio de conexões de bancos de dados (SGBD Oracle) do sistema para a aplicação origem/destino, seja para a consulta, seja para a atualização de informações. Abaixo, seguem as integrações dos sistemas financeiros:

- SIACO - Sistemas de acompanhamento orçamentário,
- SICPG - Sistemas de aprovação de pagamentos;
- SIAGO - Sistemas de acompanhamento de obras para o pagamento das notas fiscais das mesmas;
- SIGVC - Integração com sistemas de acompanhamentos de contratos com fornecedores;
- SIJUR - Sistemas de gerenciamento de processos jurídicos;
- SISUP - Sistemas de suprimentos consomem informações de credores e dados bancários;
- SICON - Sistemas contábeis para contabilização do pagamento e provisões;
- SIDAF e MASTERSAF - Sistemas fiscais para a entrega de dados fiscais a receita;
- SIENF - Sistemas de Emissão e entrada de Notas Fiscais;
- SIDAF e MASTERSAF - Sistemas de Geração de Dados Fiscais (obrigações federais, estaduais e municipais);
- ITC - Integração com sistemas de acompanhamento das aplicações;
- ITC - Pagamento provisionado e realizado para conciliação bancária;
- SIFAR - Sistemas de faturamento para a conciliação bancária;
- ITAU HOST-TO-HOST - Integração com sistemas de envio de arquivos criptografados aos bancos;
- ITC - Sistema Integrado de Tesouraria que incorpora procedimentos funcionais de bancos;
- ITC - Integração com sistemas de acompanhamentos de contratos de financiamento;
- SIGRH/Rhevolution - Sistemas de recursos humanos para pagamento de planos de saúde, bolsas, etc;
- SIADP - Sistemas de folha de pagamento para aprovação e pagamento da folha; e
- SICPG - Envio de arquivo para pagamento dos seguintes bancos: Itaú, CEF, Bradesco e Banese.

Para os sistemas da frente TECCOM, os sistemas comerciais também foram desenvolvidos internamente, utilizando as mesmas tecnologias descritas acima. Abaixo a lista dos sistemas comerciais:

- SIFAR - Faturamento e arrecadação
- SIAIF - Inspeções e apurações de fraudes
- SIATT - Atendimento telefônico
- SIATE - Atendimento a clientes
- SIAPO - Acompanhamento dos processos da ouvidoria
- SICAA - Controle de agentes arrecadadores
- SICCD - Controle de cheques devolvidos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- SICCI - Controle e cálculo de indenizações
- SICCO - Consultas comerciais
- SICDD - Documentos digitais
- SICDE - Controle de dados elétricos
- SICMA - Controle de materiais das agências
- SICNT - Controle de nível de tensão
- SICOB - Carteira de cobrança
- SILCO - Leitura de consumo
- SIMEC - Medidores de consumo
- SINED - Negociação de dívida
- SISEG - Controle de seguros
- SIWEB - Serviços Web

Já para os sistemas técnicos, que também fazem parte da frente TECCOM, temos as soluções abaixo que foram adquiridas de parceiros e estão totalmente integradas aos sistemas Energisa:

- GIS - Cadastro de ativos
- SGD - Módulo de operação e cálculo de indicadores
- SGM - Manutenção de ativos da distribuição
- TS - Módulo de operação e cálculo de indicadores

Os sistemas técnicos e comerciais realizam integrações entre si e com outras aplicações, sendo essas aplicações desenvolvidas internamente ou não. Essas integrações ocorrem por meio de conexões de bancos de dados (SGBD Oracle) do sistema para a aplicação origem/destino, seja para a consulta, seja para a atualização de informações. Abaixo as integrações dos sistemas técnicos e comerciais com outros sistemas/entidades:

- SIJUR - Sistemas de controle de processos jurídicos
- SIGCO - Sistemas de gestão do capital ótimo
- SICON - Sistemas de contabilidade
- SGE - Sistema de acompanhamento da gestão estratégica
- SGM - Sistemas de manutenção
- SICEC - Sistema de controle de estoque
- SIDAF - Sistemas de dados fiscais
- WMLCO - Sistemas de mobilidade
- SICAI - Sistema de controle do ativo imobilizado
- SIADP - Sistema de aprovação de documentos e pagamentos
- GIS - Cadastro de ativos
- SGD - Módulo de operação e cálculo de indicadores
- TS - Módulo de operação e cálculo de indicadores

Para todos os sistemas dos três grupos citados acima, utiliza-se um framework de segurança que é responsável pelo controle de acesso dos usuários. A parametrização do framework, bem como a administração das permissões é feita através do Sistema de Gerenciamento da Segurança de Acesso. Este sistema se baseia nas premissas:

- a) Nenhuma aplicação consegue acessar as bases de dados senão através do framework de segurança: somente ele tem domínio sobre usuário e senha dos bancos;
- b) As permissões de acesso às funcionalidades dos sistemas são concedidas, prioritariamente, a grupos de usuários, conforme o perfil/função dos usuários; e
- c) Cada sistema tem um usuário-chave, responsável pela inclusão/modificação dos usuários nestes grupos de acesso.

A Energisa estabeleceu os responsáveis por cada sistema para centralizar as atividades relacionadas à administração de usuários e recursos nos ambientes corporativos sob sua responsabilidade (chamado de “usuários-chave”). Além desta responsabilidade, o usuário-chave é responsável por conceder perfis de acesso, aprovar as alterações e manutenções no sistema pelo qual é responsável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Adicionalmente, a Energisa define, também, o usuário de apoio, que poderá substituir o usuário-chave na administração dos acessos, conforme necessidade.

Periodicamente, empresas independentes são contratadas para auditar o ambiente de Tecnologia da Informação do Grupo Energisa, incluindo os acessos aos sistemas.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

As unidades de negócio do Grupo Energisa são estruturadas de forma a permitir o pleno atendimento à legislação. A administração do Grupo Energisa é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação de procedimentos de controle interno ou de medidas corretivas.

Os *órgãos* e áreas responsáveis que estão diretamente envolvidos na estrutura de gerenciamento de controles internos estão elencados abaixo:

Comitê de Auditoria e Riscos, cujas responsabilidades incluem:

- Revisar permanentemente o processo de Gestão de Riscos propondo as alterações necessárias para a melhoria do monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está exposta;
- Cada membro do Comitê, dentro de sua área de atuação, deverá assegurar a divulgação das normas e procedimentos, bem como da realização das ações previstas para os riscos dos quais é representante;
- Gerar propostas, recomendações e informações necessárias ao funcionamento do processo de Gestão de Riscos; e
- Atuar com a independência necessária à execução das políticas de gestão de riscos.

Dentro de cada Área de Negócio, existe um Gestor e Usuário-chave, que possuem as seguintes responsabilidades:

- Identificar e assumir riscos associados às decisões tomadas;
- Fornecer os recursos necessários para assegurar a descrição da origem de risco, diretriz de controle, definição de aspectos relevantes, descrição e implementação dos planos de ação e monitoramento das operações;
- Observar os limites de tolerância/ apetite validado pela Alta Administração;
- Efetuar o mapeamento dos processos de negócio para identificar a estrutura de controles internos da área para mitigação dos riscos; e
- Enviar as informações à área de Gestão de Riscos para atendimento aos indicadores de riscos.

Na Área de Gestão de Riscos, o Gestor de Riscos possui as seguintes responsabilidades:

- Aplicar a Gestão de Riscos de forma eficiente e aderente aos requerimentos do Grupo Energisa e de órgãos reguladores;
- Coordenar o processo de avaliação de riscos da área, observando a metodologia e o cronograma definidos;
- Estabelecer as políticas de riscos, estrutura de governança, padrões e mecanismos de reporte de informações para facilitar o efetivo gerenciamento integrado de riscos;
- Definir os papéis e responsabilidades no processo de Gestão de Riscos;
- Prover as informações concisas e análises para o Comitê de Riscos para avaliar, analisar e agir nos riscos;
- Desenvolver as estratégias de gerenciamento integrado de riscos;
- Disseminar os conceitos e a cultura de gerenciamento de riscos para todo o Grupo Energisa;
- Definir, em conjunto com o Usuário Chave, Gestor de Processos e Alta Administração, os limites de tolerância e apetite ao risco;
- Reporta ao Comitê de Riscos o andamento do processo de Gestão de Riscos;
- Informa a Alta Administração sobre o nível de riscos ao qual o Grupo e a unidade estão expostos, considerando o apetite definido; e
- Capacita e orienta os demais colaboradores para que estes executem adequadamente suas atividades no processo de Gestão de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Na Área de Gestão de Riscos, o Gestor de Riscos, em conjunto com o Especialista de Riscos, possui as seguintes atribuições:

- Revisar a avaliação de riscos, efetuada pelas áreas de negócio;
- Auxiliar na definição de limites de exposição a riscos;
- Certificar-se do adequado funcionamento da Gestão de Riscos;
- Elaborar o questionário de auto avaliação de capacidade de gerenciamento de riscos do Grupo;
- Auxiliar na definição de ações para mitigação de riscos;
- Atualizar o Portfólio de Riscos, o Modelo de Classificação de Processos e o Modelo de Valor ao Acionista, observando os padrões e objetos definidos na metodologia;
- Realizar o sumário de avaliação de riscos (considerando impacto e vulnerabilidade);
- Elaborar os treinamentos específicos relacionados à Gestão de Riscos;
- Definir os indicadores de risco em conjunto com os gestores;
- Monitorar a adequada conformidade das atividades e processos com as políticas corporativas;
- Monitorar a adoção e manutenção de boas práticas de governança corporativa; e
- Verificar a efetividade dos controles internos através de testes específicos.

A Área de Gestão de Riscos e as Áreas de Negócio (Usuários-chave e Especialista de Riscos) trabalham em conjunto no sentido de assegurar as seguintes atribuições:

- Identificar os riscos que podem ser monitorados considerando o grau de exposição e disponibilidade de informações;
- Quantificar os riscos identificados;
- Definir as estruturas de controles internos necessária para mitigação dos riscos; e
- Atualiza continuamente a documentação da análise de riscos corporativos do Grupo, considerando o vínculo com os processos de negócio, visando reduzir os custos associados a riscos não controlados.

A Área de Tecnologia da Informação possui as seguintes atribuições:

- Auxiliar a área de negócios e a área de gestão de riscos na definição de controles automatizados para otimização dos processos e mitigação de riscos;
- Garantir o desenvolvimento de sistemas que suportem a gestão de riscos;
- Estruturar o banco de dados para a Gestão de Riscos; e
- Implementar as interfaces com os demais sistemas para obtenção dos dados.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As funções e responsabilidades dos colaboradores envolvidos no processo de gestão de riscos, que inclui a supervisão dos controles internos, são definidas no Manual de Gestão de Riscos aprovado pelo conselho de administração cujo detalhamento é informado no item 5.1 desse Formulário de Referência.

Os principais cargos da alta administração envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras são:

- Diretor Financeiro e de Relações com Investidores;
- Diretor Corporativo Contábil Tributário e de Patrimônio;
- Assessor Corporativo Contábil de Controle; e
- Gerente de Relações com Investidores.

A administração da Companhia entende que o processo de avaliação dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria é apropriado nas circunstâncias, de forma que os auditores possam emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras. A avaliação é efetuada com o propósito de identificar possíveis deficiências nos controles internos. Anualmente, os auditores independentes emitem carta destinada à administração com os apontamentos dessas deficiências nos controles internos.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No relatório circunstanciado dos controles internos do exercício de 2020 da Companhia, foram apontadas pelos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

auditores independentes as principais recomendações aquelas relacionadas: (i) controles internos referente aos processos de gestão de mudanças e acesso nas aplicações e sistemas de TI; e e (ii) marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia entende que as recomendações apontadas nos relatórios de 2020 e 2019 descritos acima não impactaram o relatório dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras do referido exercício social e esclarecem que estão tomando medidas específicas para cada um dos itens mencionados acima com o intuito de mitigar os riscos existentes e adotar as melhorias sugeridas pelos auditores independentes. Destacamos que para o ponto (i) a área de TI procederá com mudanças internas no seu processo de gestão de acesso e mudanças bem como reavaliará a distribuição de responsabilidades acerca da supervisão deste processo que deverá ser centralizada e supervisionada pelo departamento de TI. No que diz respeito ao item (ii) mencionando em relação ao exercício de 2020 a administração Companhia, em conjunto com seu assessor externo, alinhou a metodologia dos cálculos e as sugestões apresentadas foram incorporadas dentro de suas rotinas de fechamento contábil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a) Se o emissor possuir regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota uma política de prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos que engloba, entre outras coisas, o seguinte: (i) modelo de governança, que privilegia a segregação de funções, com atenção especial às questões de integridade; (ii) Código de ética e conduta, que trata claramente as condutas inaceitáveis e conflito de interesses; (iii) Comitê de Ética; (iv) Comitê de auditoria e riscos; (v) política de operações com partes relacionadas; (vi) política de negociação de valores mobiliários; (vii) gestão de riscos e auditoria (mapeia processos críticos/integridade); (viii) auditoria de fornecedores. (ix) auditoria de partes relacionadas; (x) canal de denúncia de irregularidade.

A política de integridade da Companhia engloba os seguintes princípios gerais:

- I. A Companhia prima pela transparência e ética nos seus negócios, através de boas práticas de governança corporativa, razão pela qual deve colocar e manter à disposição dos interessados um CANAL DENÚNCIA para o relato de irregularidades.
- II. A Companhia repudia a prática da denúncia vazia, irresponsável, conspiratória ou vingativa, mas valoriza a denúncia quando a pessoa denunciante tiver conhecimento dos fatos, dados ou situações irregularidades envolvendo a empresa.
- III. A Companhia valoriza a denúncia feita por pessoa devidamente identificada à qual, se possível, deve dar um retorno quanto à apuração do fato. A denúncia anônima, embora indesejável, pode ser objeto de averiguação, a critério da empresa.
- IV. A Companhia deve envidar todos os esforços necessários no sentido de apurar a denúncia apresentada, no limite de sua competência e responsabilidade, no menor prazo possível, sem, todavia, assumir, a priori, qualquer responsabilidade quanto a eventuais perdas diretas ou indiretas que possam ter sido provocadas pelos fatos narrados na denúncia, salvo os casos de culpa objetiva da empresa.
- V. Em linha com os valores, princípios e políticas da Companhia, em nenhuma instância se pode aplicar represálias contra qualquer pessoa que, de boa fé e sob os parâmetros da política, formule uma denúncia.
- VI. Toda informação relacionada a uma denúncia de irregularidade deve ser tratada de forma confidencial e restrita, evitando-se, assim, sua divulgação indevida. O acesso à informação relativa a uma denúncia deve ser limitado às pessoas que diretamente estejam envolvidas com o assunto a que essa informação se referir, as quais devem manter a informação em total sigilo. Todos os documentos relativos a uma denúncia de irregularidade devem receber o título de CONFIDENCIAL.
- VII. Qualquer pessoa que receba por engano uma informação confidencial relativa a uma denúncia de irregularidade não deve divulgar ou copiar a referida informação, por nenhum meio ou forma, bem como deve apagar imediatamente a referida informação, bem como informar tempestivamente a o COMITÊ DE ÉTICA.
- VIII. Toda informação sobre uma denúncia de irregularidade deve ser centralizada no COMITÊ DE ÉTICA, que é o principal responsável perante a empresa pela condução das apurações, divulgação e comunicação nas esferas e níveis cabíveis.
- IX. A denúncia de irregularidade que possa ser considerada ato ou fato relevante deve ser direcionada ao DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES, que deve tomar providências para que o significado e importância da denúncia sejam analisados pelo COMITÊ DE DIVULGAÇÃO, de acordo com as regras previstas em seu Regimento Interno.
- X. A Companhia entende que é dever de todo cidadão/cidadã denunciar qualquer irregularidade ou violação ao princípio universal da legalidade, razão pela qual as denúncias podem ser feitas por empregados próprios, pessoal terceirizado, clientes, fornecedores de materiais ou serviços, administradores, acionistas ou qualquer outro terceiro interessado.
- XI. O CANAL DE DENÚNCIA não deve ser confundido com um serviço do tipo 190 (Polícia) ou de emergência. Em função disso não deve ser usado para relatar eventos que apresentem ameaça imediata à vida ou à

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

propriedade, uma vez que esses eventos podem não receber uma resposta imediata. Se a pessoa interessada precisar de assistência emergencial deve contatar as autoridades constituídas.

O Código de Ética e Conduta, aprovado por seu Conselho de Administração, dita regras e políticas relacionadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos que devem ser observadas por seus colaboradores e/ou por pessoas naturais e/ou jurídicas com quem o Grupo Energisa, do qual a Energisa Minas Gerais faz parte, mantenha relação comercial.

Além disso, todos os contratos firmados pela Companhia e/ou por sociedades controladas contêm cláusula com declaração anti-corrupção da contra-parte envolvida.

b) Se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um Canal de Denúncia de Irregularidade para receber demandas internas e externas referentes aos seguintes temas principais:

- I. Infrações ao CÓDIGO DE ÉTICA da empresa;
- II. Qualquer ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração em documentos, registros da empresa, inclusive contábeis, e nas demonstrações financeiras;
- III. Práticas indevidas e contrárias aos normativos legais e estatutários vigentes, registro de transações sem comprovação, omissão dos registros, apropriação indébita de ativos e manipulação de documentos e registros em geral que modifiquem ativos, passivos e resultados da empresa;
- IV. Qualquer ação ou omissão pela qual alguém procure obter vantagem direta ou indireta, omitindo um ativo, uma obrigação, ou causando determinada perda a pessoas físicas ou jurídicas;
- V. Todo e qualquer fato que requeira a atenção da ADMINISTRAÇÃO ou possibilite informação distorcida ao mercado, investidores, proprietários, clientes, credores ou qualquer outra parte interessada, no que tange à realidade da empresa.

As demandas são analisadas pelo Comitê de Ética do Grupo Energisa, do qual a Energisa Mato Grosso faz parte.

c) Se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas:

Todos os processos nos quais a Companhia se envolve são precedidos de auditoria legal e todos os instrumentos contratuais firmados contêm cláusula com declaração anti-corrupção da contra-parte envolvida.

d) Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido:

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos ou na política de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comentários sobre:****a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada, principalmente, pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios.

R\$ milhões	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Dívida (a)	4.530,4	3.813,0	3.189,3
Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais (b)	1.904,6	368,8	195,2
Dívida Líquida (c) = (a) - (b)	2.625,7	3.444,2	2.994,1
Patrimônio Líquido (d)	2.780,7	2.218,6	1.746,0
Índice de Endividamento Líquido	0,94	1,55	1,71

(a) Total de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas.

(b) Consideram as aplicações financeiras no mercado aberto.

(c) A dívida líquida considera caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(d) O patrimônio líquido atribuível aos controladores inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

O total de empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, bem como as disponibilidades financeiras são conciliados abaixo:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	1.150,7	647,9	312,6
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.065,7	561,7	145,1
Debêntures	145,5	63,4	19,4
Encargos de dívidas	62,4	22,2	10,0
Parcelamento de Impostos e Benefícios pós emprego	14,0	14,8	11,4
Taxas regulamentares	-	-	34,5
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	-	78,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(136,9)	(14,2)	14,2
Não Circulante	3.131,8	3.148,4	2.975,2
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.740,1	1.811,8	1.826,8
Debêntures	1.516,6	1.353,9	1.188,0
Parcelamento de Impostos e Benefícios pós emprego	126,6	145,7	78,2
Taxas regulamentares	-	-	-
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(251,6)	(163,1)	(117,8)
Total das dívidas	4.282,5	3.796,2	3.287,8
(-) Disponibilidades financeiras	1.904,6	368,8	195,2
Total das dívidas líquidas	2.377,8	3.427,4	3.092,6
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	81,8	48,0	63,3
(-) Créditos CCC	20,3	19,9	55,2
(-) Créditos CVA	(265,9)	(0,5)	139,2
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	2.541,6	3.360,1	2.834,9
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado	2,0	2,9	2,8

Abaixo, a Companhia apresenta seus indicadores de liquidez, que refletem a saúde financeira da Companhia e sua capacidade de honrar compromissos no curto prazo e médio prazo.

Indicadores de Endividamento e Liquidez	2020	2019	2018
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total / Ativo total) - %	70,6%	71,3%	73,5%
Composição do Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total) - %	37,7%	28,0%	25,8%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,45	1,38	1,39
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoque)/Passivo Circulante)	1,44	1,37	1,37

Fonte: Demonstrações Financeiras Padronizadas da Companhia.

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

b. Estrutura de capital

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios.

A seguir é apresentada a oscilação do indicador Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), onde (Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures, - Disponibilidades), apurados da seguinte forma:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Dívida Líquida (a) - R\$ milhões	2.625,7	3.444,2	2.994,1
Patrimônio Líquido - R\$ milhões	2.780,7	2.218,6	1.746,0
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) - %	48,6%	60,8%	63,2%

(a) Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades.

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e recentemente realizou acesso ao mercado de capitais. Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 1.740,9 milhões em dezembro, frente aos R\$ 1.522,5 milhões registrados em setembro de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntas saldos negativos de R\$ 163,8 milhões em dezembro, contra R\$ 196,0 milhões em setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 2.541,6 milhões, contra R\$ 2.688,8 milhões em setembro de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 2,4 vezes em setembro para 2,0 vezes em dezembro de 2020.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está escalonada ao longo dos anos, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui acesso aos mecanismos de financiamento do mercado de capitais tais como debêntures, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), notas promissórias e emissões no mercado externo. Vide também item f desta seção 10.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A diretoria da Companhia esclarece que a Companhia busca financiamentos que aperfeiçoem o seu perfil de endividamento, como financiamentos por meio da Lei 4.131, debêntures, notas comerciais, cédulas de créditos bancários e *bonds* no mercado externo. Alternativamente, a Companhia também pode optar por se financiar mediante o aumento de seu capital social, mediante subscrição pública ou particular de ações de sua emissão.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

A contratação de qualquer endividamento deverá observar:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Aderência ao orçamento aprovado;
- Regimento interno da diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações;
- Aprovações específicas do conselho de administração;
- Prazo médio mínimo perseguido (“duration”);
- Limite de concentração em credores;
- Buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, como Eletrobrás e BNDES, visando um melhor custo médio do capital de terceiros e um “duration” adequado às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica;
- Privilegiar operações sem garantias (“clean”), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia;
- Garantias pessoais de executivos ou acionistas não deverão ser praticadas, visando a independência operacional e financeira das empresas;
- Instrumentos de acesso ao mercado financeiro nacional (debêntures, *commercial papers*, FIDCs) deverão ser perseguidos, visando manter a presença da Companhia no mercado financeiro local. Deverão ser preservadas as estruturas de sucesso já desenvolvidas, como o FIDC Energisa, com prazos e custos cada vez mais atraentes;
- Adequação da estrutura de capital, de forma a aproximá-las da alavancagem regulatória; e
- Limitação de exposição a moedas estrangeiras a 25% do montante total da dívida onerosa.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

I a IV - Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes / outros

Posição em 31 de dezembro de 2020 (Valores em R\$ mil):

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 1.740,9 milhões em dezembro, frente aos R\$ 1.522,5 milhões registrados em setembro de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntas saldos negativos de R\$ 163,8 milhões em dezembro, contra R\$ 196,0 milhões em setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 2.541,6 milhões, contra R\$ 2.688,8 milhões em setembro de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 2,4 vezes em setembro para 2,0 vezes em dezembro de 2020.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia no último ano:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	1.150,7	647,9
Empréstimos e financiamentos	1.065,7	561,7
Debêntures	145,5	63,4
Encargos de dívidas	62,4	22,2
Benefícios pós emprego	14,0	14,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(136,9)	(14,2)
Não Circulante	3.131,8	3.148,4
Empréstimos e financiamentos	1.740,1	1.811,8
Debêntures	1.516,6	1.353,9
Benefícios pós emprego	126,6	145,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(251,6)	(163,1)
Total das dívidas	4.282,5	3.796,2
(-) Disponibilidades financeiras	1.904,6	368,8
Total das dívidas líquidas	2.377,8	3.427,4
(-) Créditos CDE	81,8	48,0
(-) Créditos CCC	20,3	19,9
(-) Créditos CVA	(265,9)	(0,5)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	2.541,6	3.360,1
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	2,0	2,9

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
CDI	1.227.131	798.333	(448.333)	(31.095)	71.661	-	-	1.617.697
TR	353.402	-	-	(23.659)	23.755	-	-	353.498
Gastos com captação	(641)	-	-	-	824	(701)	-	(518)
Total do custo	1.579.892	798.333	(448.333)	(54.754)	96.240	(701)	-	1.970.677
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	764.766	133.725	(292.210)	(23.953)	239.392	-	-	821.720
Euro	48.387	-	-	(516)	20.244	-	-	68.115
Gastos com captação	(547)	-	-	-	219	-	-	(328)
Marcação a mercado	3.238	-	-	-	-	-	4.821	8.059
Total ao valor justo	815.844	133.725	(292.210)	(24.469)	259.855	-	4.821	897.566
Total	2.395.736	932.058	(740.543)	(79.223)	356.095	(701)	4.821	2.868.243
Circulante	583.907							1.128.151
Não circulante	1.811.829							1.740.092

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
CDI	1.006.568	280.000	(71.111)	(71.008)	82.682	-	-	1.227.131
TR	353.307	-	-	(23.661)	23.756	-	-	353.402
Gastos com captação	-	-	-	-	211	(852)	-	(641)
Total do custo	1.359.875	280.000	(71.111)	(94.669)	106.649	(852)	-	1.579.892
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	618.223	200.000	(78.038)	(28.342)	52.923	-	-	764.766
Euro	-	50.000	-	-	(1.613)	-	-	48.387
Gastos com captação	(766)	-	-	-	219	-	-	(547)
Marcação a mercado	4.650	-	-	-	-	-	(1.412)	3.238
Total ao valor justo	622.107	250.000	(78.038)	(28.342)	51.529	-	(1.412)	815.844
Total	1.981.982	530.000	(149.149)	(123.011)	158.178	(852)	(1.412)	2.395.736
Circulante	155.141							583.907
Não circulante	1.826.841							1.811.829

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2020	2019					
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.498	353.402	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	481.684	482.682	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	3,47%	R
Nota Flutuante de Juros - Santander (3 e 5)	-	450.626	CDI + 1,25% a	dez/20	Semestral a partir de dez/19	4,02% a 4,09%	A
Nota Promissória 2ª Emissão (3)	304.361	293.823	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	3,57%	A
Santander FRN 4133870 (3)	192.161	-	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	3,72%	A
CCB BRADESCO 24032020 (3)	137.301	-	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	7,57%	A
CCB ITAÚ 1011200300114	30.499	-	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	6,87%	A
Santander FRN 4135786	332.290	-	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	7,37%	A
Santander FRN 4137163	69.701	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	6,87%	A
Santander FRN 4137165	69.700	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	6,87%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(518)	(641)					
Total em Moeda Nacional	1.970.677	1.579.892					
Resolução 4131-Bank of America ML (1 e 3)	128.375	214.059	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	30,41% a 30,81%	A
Citibank Loan - 4131 (1 e 3)	74.624	57.899	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	30,91%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1 e 3)	74.619	57.892	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,01%	A
Citibank Loan - 4131 (1, 3 e 5)	-	128.422	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	30,03%	A
J P MORGAN Loan (1 e 3)	139.083	108.167	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	30,26%	A
Merryl Lynch Loan (1 e 3)	68.115	48.387	0,6870% a.a.	dez/22	Final	41,47%	A
Scotiabank Loan (1 e 3)	255.699	198.327	2,1964% a.a.	dez/22	Final	31,13%	A
Citibank Loan 56416 (1 e 3)	60.347	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	29,81%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 (1 e 3)	88.973	-	2,83% a.a.	jan/21	Final	31,76%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(328)	(547)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	8.059	3.238					
Total em Moeda Estrangeira	897.566	815.844					
Total	2.868.243	2.395.736					

(*) A = Aval Energisa S.A., R=Recebíveis.

(1)Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(2)Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(3)Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 / 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

(4)As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 33 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

(5)Em 16 e 30 de março de 2020 e em 24 abril de 2020, a Companhia efetuou a liquidação antecipada dos contratos no valor de R\$610.519.

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$62.052 (R\$62.293 em 2019), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2020	2019
US\$ x R\$	28,93%	4,02%
CDI	2,77%	5,96%
IPCA	4,52%	4,31%
LIBOR	0,28%	2,33%
TR	0,00%	0,00%
Euro	40,78%	2,06%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	861.666
2023	171.671
2024	48.455
2025	48.455
Após 2025	609.845
Total	1.740.092

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	761.927	511.354	(426.366)	(37.740)	31.819	-	-	840.994
IPCA	597.444	130.000	-	(30.605)	61.192	-	-	758.031
Gastos com captação	(12.765)	-	-	-	4.258	(6.328)	-	(14.835)
Marcação a mercado	70.636	-	-	-	-	-	7.320	77.956
Total do custo	1.417.242	641.354	(426.366)	(68.345)	97.269	(6.328)	7.320	1.662.146
Circulante	63.372							145.515
Não circulante	1.353.870							1.516.631

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixado							
CDI	613.447	150.000	(50.650)	49.130	-	-	761.927
IPCA	574.384	-	(27.942)	51.002	-	-	597.444
Gastos com captação	(16.292)	-	-	4.056	(529)	-	(12.765)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Marcação a mercado	35.852	-	-	-	-	34.784	70.636
Total do custo	1.207.391	150.000	(78.592)	104.188	(529)	34.784	1.417.242
Circulante	19.350						63.372
Não circulante	1.188.041						1.353.870

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	2020	2019						
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	96.232	92.042	15/06/2017	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	10,12%
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	86.398	82.635	15/06/2017	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	10,18%
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	12.041	11.519	15/10/2017	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	9,01%
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.245	2.148	15/10/2017	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,23%
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	4.182	4.001	15/10/2017	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,63%
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	86.256	130.237	15/10/2017	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,98%
Debêntures 8ª Emissão	87.547	481.259	15/02/2018	47.000 / 8.658	CDI+1,10% a.a.	fev / 21	Final	3,87%
Debêntures 9ª Emissão	423.451	405.099	15/09/2018	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,60%
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	117.668	117.833	10/06/2019	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	3,50%
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.553	32.598	10/06/2019	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a.	jun / 29	Anual após jun/27	3,82%
Debêntures 11ª Emissão	131.378	-	15/02/2020	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	3,72%
Debêntures 12ª Emissão	385.592	-	25/08/2020	381.354 / 381.354	CDI + 2,30% a.a.	ago / 25	Anual após ago/23	5,07%
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	61.696	-	15/10/2020	60.100 / 60.100	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	8,75%
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	71.786	-	15/10/2020	69.900 / 69.900	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	8,99%
Custos incorridos na captação	(14.835)	(12.765)						
Marcação à Mercado de Dívida	77.956	70.636						
Total	1.662.146	1.417.242						

Em 15 de fevereiro de 2020 a Companhia efetuou sua 11ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R\$130.000, com vencimento em fevereiro de 2023 e remuneração de CDI mais 0,95% ao ano.

Em 25 de agosto de 2020 a Companhia efetuou sua 12ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R\$381.354, com vencimento em 25 de agosto de 2025 e remuneração de CDI mais 2,30% ao ano.

Em 24 de setembro de 2020 a Companhia efetuou a baixa de 38.342 Debêntures referente a 8ª emissão no valor total de R\$ 384.644.

Em 15 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 13ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de R\$130.000 sendo: R\$60.100 referente a 1ª Série com vencimento em 15 de outubro 2027 e remuneração de IPCA mais 4,23% ao ano; R\$69.900 referente a 2ª Série com vencimento em 15 de outubro de 2030 e remuneração de IPCA mais 4,47% ao ano.

Os recursos foram e serão destinados ao fortalecimento do capital de giro e ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. As operações possuem o aval da controladora Energisa S/A.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 / 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

(*) Para 12ª e 13ª emissão de Debêntures da Companhia, o limite é de 4,25x até o vencimento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33). Em 31 de dezembro de 2020 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	154.948
2023	411.886
2024	498.716
2025	282.803
Após 2025	168.278
Total	1.516.631

Posição em 31 de dezembro de 2019 (Valores em R\$ mil):

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 436,1 milhões no final de dezembro de 2019, frente aos R\$ 452,9 milhões registrados em dezembro de 2018. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R\$ 67,3 milhões em dezembro de 2019 e R\$ 257,7 milhões em dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 3.360,1 milhões, contra R\$ 2.834,9 milhões em dezembro de 2018. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidados passou de 2,8 vezes em dezembro de 2018 para 2,9 vezes em dezembro de 2019.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	647,9	312,6
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	561,7	145,1
Debêntures	63,4	19,4
Encargos de dívidas	22,2	10,0
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	14,8	11,4
Taxas regulamentares	-	34,5
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	78,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(14,2)	14,2
Não Circulante	3.148,4	2.975,2
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.811,8	1.826,8
Debêntures	1.353,9	1.188,0
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	145,7	78,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(163,1)	(117,8)
Total das dívidas	3.796,2	3.287,8
(-) Disponibilidades financeiras	368,8	195,2
Total das dívidas líquidas	3.427,4	3.092,6
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	48,0	63,3
(-) Créditos CCC	19,9	55,2
(-) Créditos CVA	(0,5)	139,2
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	3.360,1	2.834,9
Indicador Relativo		
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	2,9	2,8

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Saldo em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2019
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
CDI	1.006.568	280.000	(71.111)	(71.008)	82.682	-	-	1.227.131
TR	353.307	-	-	(23.661)	23.756	-	-	353.402
Gastos com captação	-	-	-	-	211	(852)	-	(641)
Total do custo	1.359.875	280.000	(71.111)	(94.669)	106.649	(852)	-	1.579.892
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	618.223	200.000	(78.038)	(28.342)	52.923	-	-	764.766
Euro	-	50.000	-	-	(1.613)	-	-	48.387
Gastos com captação	(766)	-	-	-	219	-	-	(547)
Marcação a mercado	4.650	-	-	-	-	-	(1.412)	3.238
Total ao valor justo	622.107	250.000	(78.038)	(28.342)	51.529	-	(1.412)	815.844
Total	1.981.982	530.000	(149.149)	(123.011)	158.178	(852)	(1.412)	2.395.736
Circulante	155.141							583.907
Não circulante	1.826.841							1.811.829

	Saldo em 2017	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2018
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pré Fixado								
Pós Fixado								
TJLP e TLP	178.960	-	(178.491)	(4.815)	4.346	-	-	-
Selic	121.630	-	(123.292)	(1.390)	3.052	-	-	-
CDI	952.474	315.000	(260.668)	(79.351)	79.113	-	-	1.006.568
TR	353.307	-	-	(23.661)	23.661	-	-	353.307
Gastos com captação	(2.755)	-	-	-	2.755	-	-	-
Cesta de moedas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do custo	1.603.616	315.000	(562.451)	(109.217)	112.927	-	-	1.359.875
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	188.618	380.000	-	(13.163)	62.768	-	-	618.223
Euro	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com captação	(1.006)	-	-	-	240	-	-	(766)
Marcação a mercado	1.886	-	-	-	-	-	2.764	4.650
Total ao valor justo	189.498	380.000	-	(13.163)	63.008	-	2.764	622.107
Total	1.793.114	695.000	(562.451)	(122.380)	175.935	-	2.764	1.981.982
Circulante	344.972							155.141
Não circulante	1.448.142							1.826.841

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2019	2018	Financeiros Anuais				
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.402	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	482.682	483.240	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	6,66%	R
CCB - Santander (3)	-	5.363	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,24%	R + A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nota Flutuante de Juros - Santander (3)	450.626	517.965	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	7,21% a 7,28%	A
Nota Promissória 2ª Emissão (3)	293.823	-	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	6,76% a 0,00%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(641)	-					
Total em Moeda Nacional	1.579.892	1.359.875					
Resolução 4131-Bank of America ML (1 e 3)	214.059	205.940	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	7,55% a 7,95%	A
Citibank Loan - 4131 (1 e 3)	57.899	55.688	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	8,05%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1 e 3)	57.892	55.678	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	8,15%	A
Citibank Loan - 4131 (1 e 3)	128.422	123.546	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	7,17%	A
BBM Loan - 4131 (1 e 3)	-	73.707	3,39% a.a. Pré	out/19	Final	7,41%	A
J P MORGAN Loan (1 e 3)	108.167	103.664	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	7,40%	A
Merryl Lynch Loan (1 e 3)	48.387	-	0,6870% a.a.	dez/22	Final	2,75%	A
Scotiabank Loan (1 e 3)	198.327	-	2,1964% a.a.	dez/22	Final	6,22%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(547)	(766)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.238	4.650					
Total em Moeda Estrangeira	815.844	622.107					
Total Energisa Mato Grosso	2.395.736	1.981.982					

(*) A = Aval Energisa S.A., R=Recebíveis.

(6)Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(7)Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (vide nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(8)Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo:

- ✓Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercício a findar-se entre em 31 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercícios a findar-se a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos;
- ✓EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas

(9)As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$62.293 (R\$56.645 em 2018), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2019	2018
US\$ x R\$	4,02%	17,13%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

TJLP	6,17%	6,72%
SELIC	5,96%	6,43%
CDI	5,96%	6,42%
IPCA	4,31%	3,75%
LIBOR	2,33%	2,34%
TR	0,00%	-

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2019
2021	422.843
2022	633.067
2023	48.060
2024	48.060
Após 2024	659.799
Total	1.811.829

Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldo em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	613.447	150.000	-	(50.650)	49.130	-	-	761.927
IPCA	574.384	-	-	(27.942)	51.002	-	-	597.444
Gastos com captação	(16.292)	-	-	-	4.056	(529)	-	(12.765)
Marcação a mercado	35.852	-	-	-	-	-	34.784	70.636
Total do custo	1.207.391	150.000	-	(78.592)	104.188	(529)	34.784	1.417.242
Circulante	19.350							63.372
Não circulante	1.188.041							1.353.870

	Saldo em 2017	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2018
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	364.193	470.000	(233.165)	(26.672)	39.091	-	-	613.447
IPCA	177.831	385.000	-	(8.801)	20.354	-	-	574.384
Gastos com captação	(7.696)	-	-	-	3.590	(12.186)	-	(16.292)
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	35.852	35.852
Total do custo	534.328	855.000	(233.165)	(35.473)	63.035	(12.186)	35.852	1.207.391
Circulante	72.748							19.350
Não circulante	461.580							1.188.041

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / Circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	2019	2018						
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	92.042	88.770	15/06/2017	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	9,91%
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	82.635	79.698	15/06/2017	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	9,97%
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	11.519	11.112	15/10/2017	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	8,80%
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.148	2.072	15/10/2017	1.965 /	IPCA+4,7110%	out / 24	Final	9,02%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Série				1.965	a.a				
Debêntures 7ª Emissão 3ª				3.657 /	IPCA+5,1074%				
Série	4.001	3.858	15/10/2017	3.657	a.a	out / 27	Final		9,42%
Debêntures 7ª Emissão 4ª				128.834 /			Anual após		
Série	130.237	130.623	15/10/2017	128.834	107,75% CDI	out / 22	out/20		6,42%
Debêntures 8ª Emissão				47.000 /					
	481.259	482.824	15/02/2018	47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final		7,06%
Debêntures 9ª Emissão				385.000 /	IPCA+5,0797%		Anual após		
Debêntures 10ª Emissão 1ª	405.099	388.874	15/09/2018	385.000	a.a	set / 25	set/23		9,39%
Série	117.833	-	10/06/2019	117.500 /	CDI + 0,73%				
Debêntures 10ª Emissão 2ª				32.500 /	a.a	jun / 24	Final		6,69%
Série	32.598	-	10/06/2019	32.500	CDI + 1,05%	jun / 29	Anual após		7,01%
					a.a		jun/27		
Custos incorridos na captação	(12.765)	(16.292)							
Marcação à Mercado de Dívida	70.636	35.852							
Total	1.417.242	1.207.391							

Em 10 de junho de 2019 a Companhia fez a 10ª Emissão de Debêntures em duas séries no valor total de R\$117.500 para a primeira série e no valor total de R\$32.500 para a segunda série. Os recursos captados com a emissão foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

✓Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercício a findar-se entre em 31 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercícios a findar-se a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos;

✓EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 31). Em 31 de dezembro de 2019 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2019, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2019
2021	510.256
2022	151.782
2023	147.247
2024	359.549
Após 2024	185.036
Total	1.353.870

Posição em 31 de dezembro de 2018 (Valores em R\$ mil):

Os saldos dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	1.352.349	1.597.655

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	615.735	188.348
Encargos de dívidas - moeda nacional	7.526	8.715
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.488	271
(-) Custos a amortizar moeda nacional	-	(2.755)
(-) Custos a amortizar moeda estrangeira	(766)	(1.006)
Marcação a mercado de dívidas	4.650	1.886
Total	1.981.982	1.793.114
Circulante	155.141	344.972
Não Circulante	1.826.841	1.448.142

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)		Garantias (*)
	2018	2017						
Energisa Mato Grosso								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.307	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	7,00%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	483.240	483.452	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal	7,12%		R
CCB - Santander (4)	5.363	16.093	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,70%		R + A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	93.102	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68 % a	10,98 %	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	85.858	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68 % a	10,98 %	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	63.277	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%		A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	58.354	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%		A
Nota promissória 1ª Emissão (4)	-	252.778	105,5% CDI	out/18	Final	6,77%		A
Nota Flutuante de Juros - Santander (4)	517.965	200.149	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	7,67% a	7,74%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(2.755)						
Total em Moeda Nacional	1.359.875	1.603.615						
Resolução 4131-Bank of America ML (1 e 4)	205.940	93.576	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	20,67 % a	21,07 %	A
Citibank Loan - 4131 (1 e 4)	55.688	47.525	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,17%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1 e 4)	55.678	47.518	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,27%		A
Citibank Loan - 4131 (1 e 4)	123.546	-	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	20,29%		A
BBM Loan - 4131 (1 e 4)	73.707	-	3,39% a.a. Pré	out/19	Final	20,52%		A
J P MORGAN Loan (1 e 4)	103.664	-	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	20,52%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(766)	(1.006)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.650	1.886						
Total em Moeda Estrangeira	622.107	189.499						
Total Energisa Mato Grosso	1.981.982	1.793.114						

(*) A = Aval Energisa S.A., R=Receíveis.

(1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (vide nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(3) A controladora final Energisa S/A, firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$323.408, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES destinados à expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Em 28 de março de 2018 a Companhia efetuou a liquidação antecipada dos contratos no valor de R\$283.344.

(4) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.

(5) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2018. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$56.645 (R\$65.024 em 2017), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2018	2017
US\$ x R\$	17,13%	1,50%
TJLP	6,72%	7,12%
SELIC	6,43%	9,85%
CDI	6,42%	9,94%
IPCA	3,75%	2,95%
LIBOR	2,34%	1,30%
TR	0,00%	0,60%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2018
2020	558.174
2021	408.271
2022	104.476
2023	48.060
Após 2023	707.860
Total	1.826.841

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	2018	2017
Saldos em 2017 e 2016	1.793.114	1.356.651
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	695.000	737.247
Custos Apropriados	-	(1.533)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	175.935	137.838
Marcação a Mercado das Dívidas	2.764	1.887
Pagamento de principal	(562.451)	(323.143)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Descrição	2018	2017
Pagamento de juros	(122.380)	(115.833)
Saldos em 2018 e 2017	1.981.982	1.793.114
Circulante	155.141	344.972
Não circulante	1.826.841	1.448.142

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Contratos	2019	2020	2021 em diante	Total
LOAN Citibank	197	197	296	690
LOAN EDC	22	22	32	76
Total	219	219	328	766

Debêntures

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionados, são:

Descrição	2018	2017
Debentures - moeda nacional	1.187.831	542.024
(-) custos de captação incorridos na captação	(16.292)	(7.696)
Marcação à Mercado de Dívida	35.852	-
Total	1.207.391	534.328
Circulante	19.350	72.748
Não Circulante	1.188.041	461.580

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros
	2018	2017						
Debentures 5ª Emissão	-	233.818	15/05/2014	34.140 / 34.140	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	8,70%
Debentures 6ª Emissão 1ª Série	88.770	85.073	19/07/2017	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	9,35%
Debentures 6ª Emissão 2ª Série	79.698	76.375	19/07/2017	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	9,41%
Debentures 7ª Emissão 1ª Série	11.112	10.683	31/10/2017	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	8,24%
Debentures 7ª Emissão 2ª Série	2.072	1.991	31/10/2017	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	8,46%
Debentures 7ª Emissão 3ª Série	3.858	3.708	31/10/2017	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	8,86%
Debentures 7ª Emissão 4ª Série	130.623	130.376	31/10/2017	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,92%
Debentures 8ª Emissão	482.824	-	07/03/2018	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	7,52%
Debentures 9ª Emissão	388.874	-	19/10/2018	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
(-) custos incorridos na captação	(16.292)	(7.696)						
Marcação à Mercado de Dívida	35.852	-						
Total	1.207.391	534.328						

Em 07 de Março de 2018 a EMT fez a 8ª Emissão de Debêntures em série única no valor total de R\$470.000, sendo os recursos captados com a emissão destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Em 19 de Outubro de 2018 a EMT fez a 9ª Emissão de Debêntures em série única no valor total de R\$385.000, sendo os recursos captados com a emissão destinados para investimentos, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas a projetos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os recursos captados com a 6ª e 7ª Emissão de Debêntures foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

A totalidade das debêntures emitidas referente as 6ª e 7ª emissão, foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essa garantia é estruturada a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 31, Instrumentos Financeiros). Em 31 de dezembro de 2018 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 16 de janeiro de 2018, a Companhia realizou o resgate antecipado total da sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória. O valor do resgate atingiu R\$228.363, equivalentes ao saldo do valor nominal unitário das debêntures acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a última data de pagamento de remuneração, bem como dos encargos moratórios e do prêmio de resgate.

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2018
2020	39.429
2021	510.274
2022	142.531
2023	135.738
Após 2023	360.069
Total	1.188.041

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	2018	2017
Saldos em 2017 e 2016	534.328	301.690
Novas emissões de debêntures	855.000	300.379
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	63.035	40.857
Marcação a Mercado das Dívidas	35.852	-
Custos das debêntures	(12.186)	(7.090)
Pagamento de principal	(233.165)	(68.360)
Pagamento de juros	(35.473)	(33.148)
Saldos em 2018 e 2017	1.207.391	534.328
Circulante	19.350	72.748
Não circulante	1.188.041	461.580

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Contratos	2019	2020	2021 em diante	Total
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	630	630	946	2.206
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	399	399	1.398	2.196
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	19	19	35	73
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	3	3	9	15
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	3	3	24	30
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	224	224	412	860
Debêntures 8ª Emissão Ser. Única	1.015	1.015	168	2.198
Debêntures 9ª Emissão	1.687	1.222	5.805	8.714
Total	3.980	3.515	8.797	16.292

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em dezembro de 2020, não existia valor contratado ainda não liberado para a Energisa Mato Grosso.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Receita operacional líquida	5.095.899	100,0	4.932.960	100,0	3,3
Custo do serviço de energia elétrica	(2.906.636)	(57,0)	(2.544.196)	(51,6)	14,2
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	(1.045.688)	(20,5)	(1.296.838)	(26,3)	(19,4)
Lucro bruto	1.143.575	22,4	1.091.926	22,1	4,7
Despesas gerais e administrativas	(182.251)	(3,6)	(209.170)	(4,2)	(12,9)
Outras receitas	13.494	0,3	24.167	0,5	(44,2)
Outras despesas	(43.425)	(0,9)	(49.279)	(1,0)	(11,9)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	931.393	18,3	857.644	17,4	8,6
Receitas financeiras	159.955	3,1	156.697	3,2	2,1
Despesas financeiras	(268.850)	(5,3)	(315.787)	(6,4)	(14,9)
Despesas financeiras líquidas	(108.895)	(2,1)	(159.090)	(3,2)	(31,6)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	822.498	16,1	698.554	14,2	17,7
Imposto de renda e contribuição social corrente	(48.826)	(1,0)	(99.619)	(2,0)	(51,0)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(95.706)	(1,9)	(4.779)	(0,1)	1.902,6
Lucro líquido do exercício	677.966	13,3	594.156	12,0	14,1

Foram determinantes para esse desempenho:

- i) Aumento de 8,5% (R\$ 139,0 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 4,4% ou R\$ 257,7 milhões em 2020 sobre 2019);
- ii) Crescimento de 90,1% (R\$ 39,8 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 16,1% ou R\$ 15,7 milhões em 2020 sobre 2019);
- iii) Aumento de 19,3% (R\$ 32,2 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) em relação ao 4T19 (aumento de 17,6% ou R\$ 104,2 milhões em 2020 sobre 2019); e
- iv) Acréscimo de 10,9% (R\$ 5,6 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias em relação ao 4T19 (redução de 20,2% ou R\$ 38,2 milhões em 2020 sobre 2019).

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 2.906,6 milhões em 2020, contra R\$ 2.544,2 milhões em 2019, representando aumento de 14,2%, em função, principalmente, dos custos com aquisição e transporte de energia elétrica.

Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros

Os custos com operação e serviços prestados a terceiros reduziu 19,4%, passando de R\$ 1.296,8 milhões em 2019 para R\$ 1.045,7 milhões em 2020. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) totalizaram R\$ 523,9 milhões, decréscimo de 9,2% (R\$ 52,9 milhões) ante os R\$ 576,8 milhões registrados no 2019.

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2020 mostrou aumento de 4,7%, atingindo R\$ 1.143,6 milhões, contra R\$ 1.092,0 milhões em 2019, em consequência do maior aumento das receitas em relação aos custos operacionais.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado antes das receitas e despesas financeiras totalizou R\$ 931,4 milhões, contra um resultado de R\$ 857,6 milhões em 2019, aumento de 8,6%.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2020 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 109,0 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 159,1 milhões em 2019, redução de 31,6%.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 678,0 milhões em 2020, contra R\$ 594,2 milhões registrados no ano anterior, crescimento de 14,1%, em decorrência dos fatores já mencionados.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019:**Comparação das contas patrimoniais**

	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	350.974	3,7	108.325	1,4	224,0
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.491.618	15,8	198.177	2,6	652,7
Consumidores e concessionárias	1.241.857	13,1	1.078.903	13,9	15,1
Títulos de créditos a receber	7.272	0,1	7.025	0,1	3,5
Estoques	21.170	0,2	23.091	0,3	(8,3)
Tributos a recuperar	128.263	1,4	192.987	2,5	(33,5)
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	139.865	1,5	28.319	0,4	393,9
Ativos financeiros setoriais	54.517	0,6	214.307	2,8	(74,6)
Outros créditos	212.893	2,2	279.540	3,6	(23,8)
Total do circulante	3.648.429	38,5	2.130.674	27,5	71,2
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	62.052	0,7	62.293	0,8	(0,4)
Consumidores e concessionárias	437.072	4,6	346.892	4,5	26,0
Títulos de créditos a receber	8.454	0,1	6.933	0,1	21,9
Tributos a recuperar	43.489	0,5	82.735	1,1	(47,4)
Créditos tributários	-	-	88.747	1,1	-
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	251.583	2,7	163.078	2,1	54,3
Ativos financeiros setoriais	28.178	0,3	47.550	0,6	(40,7)
Ativo financeiro indenizável da concessão	3.183.825	33,6	2.689.436	34,8	18,4
Depósitos judiciais	49.278	0,5	47.547	0,6	3,6
Outros créditos	32.155	0,3	35.613	0,5	(9,7)
	4.096.086	43,3	3.570.824	46,1	14,7
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	179.359	1,9	443.649	5,7	(59,6)
Investimentos	6.209	0,1	6.228	0,1	(0,3)
Imobilizado	26.185	0,3	14.898	0,2	75,8
Intangível	1.510.045	16,0	1.572.566	20,3	(4,0)
Total do não circulante	5.817.884	61,5	5.608.165	72,5	3,7
Total do ativo	9.466.313	100,0	7.738.839	100,0	22,3

	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Fornecedores	514.293	5,4	422.691	5,5	21,7
Encargos de dívidas	62.425	0,7	22.174	0,3	181,5
Empréstimos e financiamentos	1.065.726	11,3	561.733	7,3	89,7
Debêntures	145.515	1,5	63.372	0,8	129,6
Impostos e contribuições sociais	214.406	2,3	87.118	1,1	146,1
Dividendos	50.973	0,5	488	-	10.345,3
Obrigações estimadas	20.071	0,2	20.095	0,3	(0,1)
Contribuição de iluminação pública	24.346	0,3	23.055	0,3	5,6
Encargos setoriais	60.932	0,6	74.772	1,0	(18,5)
Incorporação de redes	56.001	0,6	38.900	0,5	44,0
Passivos financeiros setoriais	211.667	2,2	136.434	1,8	55,1
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	2.961	-	14.117	0,2	(79,0)
Benefícios pós-emprego	13.969	0,1	14.777	0,2	(5,5)
Arrendamentos Operacionais	2.383	-	2.574	-	(7,4)
Outros passivos	73.065	0,8	61.467	0,8	18,9
Total do circulante	2.518.733	26,6	1.543.767	19,9	63,2
Não circulante					
Fornecedores	39.766	0,4	38.445	0,5	3,4
Empréstimos e financiamentos	1.740.092	18,4	1.811.829	23,4	(4,0)
Debêntures	1.516.631	16,0	1.353.870	17,5	12,0
Impostos e contribuições sociais	310.895	3,3	229.209	3,0	35,6
Impostos e contribuições sociais diferidos	13.047	0,1	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	136.906	1,4	125.964	1,6	8,7
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	105.924	1,1	104.129	1,3	1,7
Encargos setoriais	54.388	0,6	48.685	0,6	11,7
Incorporação de redes	45.504	0,5	45.504	0,6	-
Benefícios pós-emprego	126.613	1,3	145.739	1,9	(13,1)
Arrendamentos Operacionais	6.493	0,1	4.823	0,1	34,6
Outros passivos	70.658	0,7	68.304	0,9	3,4
Total do não circulante	4.166.917	44,0	3.976.501	51,4	4,8
Patrimônio líquido					
Capital social	1.677.113	17,7	1.514.569	19,6	10,7
Reserva de capital	4.073	-	2.431	-	67,5
Reserva de lucros	717.746	7,6	555.261	7,2	29,3
Dividendos adicionais propostos	395.973	4,2	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	58.949	0,6	71.318	0,9	(17,3)
Outros resultados abrangentes	(73.191)	(0,8)	(85.008)	(1,1)	(13,9)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	-	160.000	2,1	-
Total do patrimônio líquido	2.780.663	29,4	2.218.571	28,7	25,3
Total do passivo e patrimônio líquido	9.466.313	100,0	7.738.839	100,0	22,3

ATIVO**Circulante**

Caixa e Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 1.842,6 milhões, contra R\$ 306,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 501,2%. Resultado da antecipação de CVA (Conta-Covid) e captações para fazer frente aos impactos da pandemia.

Clientes, consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica atingiu R\$ 1.241,9 milhões, o que representa um aumento de 15,1% em comparação com 31 de dezembro de 2019, devido, em parte, ao aumento das receitas operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ATIVO****Não Circulante**

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2020 esses ativos atingiram R\$ 3.183,8 milhões, contra R\$ 2.689,4 milhões em 2019, o que representa aumento de 18,4%.

Consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica atingiu R\$ 437,1 milhões, o que representa aumento de 26,0% em comparação com 31 de dezembro de 2019, devido, em parte, aos acordos efetuados para recebimento de contas em atraso.

PASSIVO**Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2020, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.065,7 milhões, contra R\$ 561,7 milhões em 2019, o que representa crescimento de 89,7%, em decorrência dos financiamentos captados com vencimento mais longos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2020, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 145,5 milhões, contra R\$ 561,7 milhões em 2019, o que representa aumento de 89,7%.

PASSIVO**Não Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2020, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 1.740,1 milhões, contra R\$ 1.811,8 milhões em 2019, o que representa redução de 4,0%.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2020, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 1.516,6 milhões, contra R\$ 1.353,9 milhões em 2019, o que representa aumento de 12,0%. A variação no saldo decorre de novas emissões de debêntures.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2020, a conta Capital Social atingiu R\$ 1.677,1 milhões, aumento de 10,7% comparado a 2019, devido ao aumento de capital homologado em abril de 2020.

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Receita operacional líquida	4.932.960	100,0	4.373.420	100,0	12,8
Custo do serviço de energia elétrica	(2.544.196)	(51,6)	(2.369.814)	(54,2)	7,4
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	(1.296.838)	(26,3)	(1.043.042)	(23,8)	24,3
Lucro bruto	1.091.926	22,1	960.564	22,0	13,7
Despesas gerais e administrativas	(209.170)	(4,2)	(216.711)	(5,0)	(3,5)
Outras receitas	24.167	0,5	36.630	0,8	(34,0)
Outras despesas	(49.279)	(1,0)	(68.504)	(1,6)	(28,1)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	857.644	17,4	711.979	16,3	20,5
Receitas financeiras	156.697	3,2	131.260	3,0	19,4
Despesas financeiras	(315.787)	(6,4)	(310.245)	(7,1)	1,8
Despesas financeiras líquidas	(159.090)	(3,2)	(178.985)	(4,1)	(11,1)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	698.554	14,2	532.994	12,2	31,1
Imposto de renda e contribuição social corrente	(99.619)	(2,0)	(25.182)	(0,6)	295,6
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.779)	(0,1)	(80.844)	(1,8)	(94,1)
Lucro líquido do exercício	594.156	12,0	426.968	9,8	39,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 9,0% (R\$ 354,9 milhões) no ano, para R\$ 4.297,7 milhões.

Este resultado decorre principalmente do:

- i) Acréscimo de 3,9% no número de consumidores e o aumento de 6,8% (aumento de 6,4% no 4T19) do consumo de energia no mercado cativo e livre;
- ii) Aumento de +17,1% (R\$ 853,8 milhões) na receita bruta de vendas para o mercado cativo;
- iii) Aumento de 167,8% (R\$ 118,2 milhões) da receita bruta com suprimento e energia elétrica;
- iv) Acréscimo de 22,6% (R\$ 109,3 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD).

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 3.841,0 milhões em 2019, contra R\$ 3.412,9 milhões em 2018, representando aumento de 12,5%, em função, principalmente, dos custos com transporte de potência elétrica.

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2019 mostrou aumento de 13,5%, atingindo R\$ 1.091,9 milhões, contra R\$ 960,6 milhões em 2018, em consequência do maior aumento das receitas em relação aos custos operacionais.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas apresentaram aumento de 22,9%, passando de R\$ 216,7 milhões em 2018 para R\$ 209,2 milhões em 2019. As despesas com PMSO e 2019 (Pessoal, Material, Serviços e Outros) somaram R\$ 576,8 milhões, redução de 2,8%.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras totalizou R\$ 857,7 milhões, contra um resultado de R\$ 712,0 milhões em 2018, aumento de 20,5%.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2019 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 159,1 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 179,0 milhões em 2018, decorrente do aumento da dívida.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 594,2 milhões em 2018, contra R\$ 427,0 milhões registrados no ano anterior, crescimento de 39,2%, em decorrência dos fatores já mencionados.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Comparação das contas patrimoniais

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	108.325	1,4	47.365	0,7	128,7
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	198.177	2,6	91.215	1,4	117,3
Consumidores e concessionárias	1.078.903	13,9	837.195	12,7	28,9
Títulos de créditos a receber	7.025	0,1	5.801	0,1	21,1
Estoques	23.091	0,3	18.073	0,3	27,8
Tributos a recuperar	192.987	2,5	192.787	2,9	0,1
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	28.319	0,4	3.099	-	813,8
Ativos financeiros setoriais	214.307	2,8	288.250	4,4	(26,0)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Outros créditos	279.540	3,6	254.882	3,9	10,0
Total do circulante	2.130.674	27,5	1.738.667	26,4	23,0
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	62.293	0,8	56.645	0,9	10,0
Consumidores e concessionárias	346.892	4,5	274.703	4,2	26,3
Títulos de créditos a receber	6.933	0,1	10.711	0,2	(35,3)
Tributos a recuperar	82.735	1,1	46.321	0,7	78,6
Créditos tributários	88.747	1,1	72.489	1,1	22,4
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	163.078	2,1	119.257	1,8	36,7
Ativos financeiros setoriais	47.550	0,6	80.355	1,2	(40,8)
Ativo financeiro indenizável da concessão	2.689.436	34,8	2.118.843	32,1	26,9
Depósitos judiciais	47.547	0,6	28.956	0,4	64,2
Outros créditos	35.613	0,5	33.796	0,5	5,4
	3.570.824	46,1	2.842.076	43,1	25,6
Investimentos	6.228	0,1	6.232	0,1	(0,1)
Imobilizado	14.898	0,2	13.787	0,2	8,1
Intangível	1.572.566	20,3	1.535.507	23,3	2,4
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	443.649	5,7	460.511	7,0	(3,7)
Total do não circulante	5.608.165	72,5	4.858.113	73,6	15,4
Total do ativo	7.738.839	100,0	6.596.780	100,0	17,3

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	422.691	5,5	401.442	6,1	5,3
Encargos de dívidas	22.174	0,3	10.014	0,2	121,4
Empréstimos e financiamentos	561.733	7,3	145.127	2,2	287,1
Debêntures	63.372	0,8	19.350	0,3	227,5
Impostos e contribuições sociais	87.118	1,1	65.836	1,0	32,3
Dividendos	488	-	104.371	1,6	(99,5)
Obrigações estimadas	20.095	0,3	18.862	0,3	6,5
Contribuição de iluminação pública	23.055	0,3	24.958	0,4	(7,6)
Encargos setoriais	74.772	1,0	108.465	1,6	(31,1)
Incorporação de redes	38.900	0,5	75.746	1,1	(48,6)
Passivos financeiros setoriais	136.434	1,8	154.104	2,3	(11,5)
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	14.117	0,2	17.295	0,3	(18,4)
Benefícios pós-emprego	14.777	0,2	11.402	0,2	29,6
Arrendamentos Operacionais	2.574	-	-	-	-
Outros passivos	61.467	0,8	94.640	1,4	(35,1)
Total do circulante	1.543.767	19,9	1.251.612	19,0	23,3
Não circulante					
Fornecedores	38.445	0,5	30.821	0,5	24,7
Empréstimos e financiamentos	1.811.829	23,4	1.826.841	27,7	(0,8)
Debêntures	1.353.870	17,5	1.188.041	18,0	14,0
Impostos e contribuições sociais	229.209	3,0	151.924	2,3	50,9
Passivos financeiros setoriais	125.964	1,6	75.240	1,1	67,4
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	104.129	1,3	106.995	1,6	(2,7)
Encargos setoriais	48.685	0,6	71.467	1,1	(31,9)
Incorporação de redes	45.504	0,6	45.504	0,7	-
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	-	-	1.421	-	-
Benefícios pós-emprego	145.739	1,9	78.197	1,2	86,4

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Arrendamentos Operacionais	4.823	0,1	-	-	-
Outros passivos	68.304	0,9	22.765	0,3	200,0
Total do não circulante	3.976.501	51,4	3.599.216	54,6	10,5
Patrimônio líquido					
Capital social	1.514.569	19,6	1.514.569	23,0	-
Reserva de capital	2.431	-	1.861	-	30,6
Reserva de lucros	555.261	7,2	98.826	1,5	461,9
Dividendos adicionais propostos	-	-	89.813	1,4	-
Ajuste de avaliação patrimonial	71.318	0,9	85.054	1,3	(16,1)
Outros resultados abrangentes	(85.008)	(1,1)	(44.171)	(0,7)	92,5
Recursos destinados a futuro aumento de capital	160.000	2,1	-	-	-
Total do patrimônio líquido	2.218.571	28,7	1.745.952	26,5	27,1

ATIVO**Circulante**

Caixa e Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2019 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 306,5 milhões, contra R\$ 138,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 121,2%.

Clientes, consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica atingiu R\$ 1.078,9 milhões, o que representa um aumento de 28,9% em comparação com 31 de dezembro de 2018 (R\$ 837,2 milhões), devido, em parte, ao aumento das receitas operacionais.

ATIVO**Não Circulante**

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2019 esses ativos atingiram R\$ 2.689,4 milhões, contra R\$ R\$ 2.118,8 milhões em 2018, o que representa aumento de 26,9%.

Consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica atingiu R\$ 346,9 milhões, o que representa aumento de 26,3% em comparação com 31 de dezembro de 2018 (R\$ 274,7 milhões), devido, em parte, aos acordos efetuados para recebimento de contas em atraso.

PASSIVO**Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2019, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 561,7 milhões, contra R\$ 145,1 milhões em 2018, o que representa crescimento de 287,1%, em decorrência dos financiamentos captados com vencimento mais longos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2019, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 63,4 milhões, contra R\$ 19,4 milhões em 2018, o que representa aumento de 227,5%.

PASSIVO**Não Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2019, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 1.811,8 milhões, contra R\$ 1.826,8 milhões em 2018, o que representa redução de 0,8%.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2019, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 1.353,9 milhões, contra R\$ 1.188,0 milhões em 2018, o que representa aumento de 14,0%. A variação no saldo decorre basicamente de duas emissões de debêntures, objeto de colocação pública, no montante de R\$ 150,0 milhões.

Patrimônio Líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2019, a conta Capital Social atingiu R\$ 1.514,6 milhões, mantendo-se o mesmo valor do exercício anterior.

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores em R\$ mil	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Receita operacional líquida	4.373.420	100,0	3.851.287	100,0	13,6
Custo do serviço de energia elétrica	(3.412.856)	(78,0)	(3.348.663)	(86,9)	1,9
Lucro bruto	960.564	22,0	502.624	13,1	91,1
Despesas gerais e administrativas	(216.711)	(5,0)	(176.283)	(4,6)	22,9
Outras receitas	36.630	0,8	54.477	1,4	(32,8)
Outras despesas	(68.504)	(1,6)	(59.934)	(1,6)	14,3
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	711.979	16,3	320.884	8,3	121,9
Receitas financeiras	131.260	3,0	138.078	3,6	(4,9)
Despesas financeiras	(310.245)	(7,1)	(423.419)	(11,0)	(26,7)
Despesas financeiras líquidas	(178.985)	(4,1)	(285.341)	(7,4)	(37,3)
Lucro antes dos impostos	532.994	12,2	35.543	0,9	1.399,6
Imposto de renda e contribuição social corrente	(25.182)	(0,6)	(31.668)	(0,8)	(20,5)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(80.844)	(1,8)	897	-	-
Lucro líquido do exercício	426.968	9,8	4.772	0,1	8.847,4

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 4.373,4 milhões em 2018, contra R\$ 3.851,3 milhões em 2017, representando aumento de 13,6%. Este resultado decorre principalmente do:

- v) Acréscimo de 2,8% no número de consumidores e o aumento de 3,1% do consumo de energia no mercado cativo e livre;
- vi) Aumento de 10,3% (R\$ 466,3 milhões) da receita bruta no mercado cativo em relação a 2017;
- vii) Constituição de receita no valor de R\$ 193,7 milhões em decorrência de reconhecimento de ativos e passivos financeiros regulatórios;
- viii) Constituição de ativo financeiro indenizável no valor de R\$ 154,9 milhões;
- ix) Reconhecimento de receita não faturada no montante de R\$ 100,4 milhões;
- x) Acréscimo de 7,3% (R\$ 32,7 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD).

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 3.412,9 milhões em 2018, contra R\$ 3.348,7 milhões em 2017, representando aumento de 1,9%, em função, principalmente, dos custos com transporte de potência elétrica.

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2018 mostrou aumento de 91,1%, atingindo R\$ 960,6 milhões, contra R\$ 502,6 milhões em 2017, em consequência do maior aumento das receitas em relação aos custos operacionais.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas apresentaram aumento de 22,9%, passando de R\$ 176,3 milhões em 2017 para R\$ 216,7 milhões em 2018, em decorrência, em parte, das despesas com pessoal, com incremento de equipes fiscalizadoras e de combate ao furto de energia;

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado antes das receitas e despesas financeiras totalizou R\$ 712,0 milhões, contra um resultado de R\$ 320,9 milhões em 2017, aumento de 121,9%, devido aos fatores acima mencionados.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2018 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 179,0 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 285,3 milhões em 2017, decorrente da redução das taxas de juros.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 427,0 milhões em 2018, contra R\$ 4,8 milhões registrados no ano anterior, aumento expressivo de 8.847,4%, em decorrência dos fatores já mencionados.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017:**Comparação das contas patrimoniais**

Valores em R\$ mil	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	47.365	0,7	243.496	4,1	(80,5)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	91.215	1,4	113.679	1,9	(19,8)
Consumidores e concessionárias	837.195	12,7	643.382	10,9	30,1
Títulos de créditos a receber	5.801	0,1	5.761	0,1	0,7
Estoques	18.073	0,3	15.362	0,3	17,6
Tributos a recuperar	192.787	2,9	130.617	2,2	47,6
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	3.099	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	288.250	4,4	177.455	3,0	62,4
Outros créditos	254.882	3,9	294.693	5,0	(13,5)
Total do circulante	1.738.667	26,4	1.624.445	27,5	7,0
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	56.645	0,9	65.024	1,1	(12,9)
Consumidores e concessionárias	274.703	4,2	187.430	3,2	46,6
Títulos de créditos a receber	10.711	0,2	14.570	0,2	(26,5)
Tributos a recuperar	46.321	0,7	40.180	0,7	15,3
Créditos tributários	72.489	1,1	139.437	2,4	(48,0)
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	119.257	1,8	25.827	0,4	361,8
Ativos financeiros setoriais	80.355	1,2	74.201	1,3	8,3
Ativo financeiro indenizável da concessão	2.118.843	32,1	1.827.340	30,9	16,0
Depósitos judiciais	28.956	0,4	6.927	0,1	318,0
Outros créditos	33.796	0,5	42.954	0,7	(21,3)
	2.842.076	43,1	2.423.890	41,0	17,3
Investimentos	6.232	0,1	6.232	0,1	-
Imobilizado	13.787	0,2	13.818	0,2	(0,2)
Intangível	1.535.507	23,3	1.849.139	31,2	(17,0)
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	460.511	7,0	-	-	-
Total do não circulante	4.858.113	73,6	4.293.079	72,5	13,2
Total do ativo	6.596.780	100,0	5.917.524	100,0	11,5

Valores em R\$ mil	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	401.442	6,1	465.802	7,9	(13,8)
Encargos de dívidas	10.014	0,2	8.986	0,2	11,4

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valores em R\$ mil	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Empréstimos e financiamentos	145.127	2,2	335.986	5,7	(56,8)
Debêntures	19.350	0,3	72.748	1,2	(73,4)
Impostos e contribuições sociais	65.836	1,0	122.929	2,1	(46,4)
Parcelamento de impostos	-	-	222	-	-
Dividendos	104.371	1,6	13.929	0,2	649,3
Obrigações estimadas	18.862	0,3	17.404	0,3	8,4
Contribuição de iluminação pública	24.958	0,4	18.728	0,3	33,3
Encargos setoriais	108.465	1,6	133.069	2,2	(18,5)
Incorporação de redes	75.746	1,1	86.988	1,5	(12,9)
Passivos financeiros setoriais	154.104	2,3	215.844	3,6	(28,6)
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	17.295	0,3	9.403	0,2	83,9
Benefícios pós-emprego	11.402	0,2	5.658	0,1	101,5
Outros passivos	94.640	1,4	90.273	1,5	4,8
Total do circulante	1.251.612	19,0	1.597.969	27,0	(21,7)
Não circulante					
Fornecedores	30.821	0,5	78.031	1,3	(60,5)
Empréstimos e financiamentos	1.826.841	27,7	1.448.142	24,5	26,2
Debêntures	1.188.041	18,0	461.580	7,8	157,4
Impostos e contribuições sociais	151.924	2,3	83.960	1,4	80,9
Passivos financeiros setoriais	75.240	1,1	65.035	1,1	15,7
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	106.995	1,6	124.552	2,1	(14,1)
Encargos setoriais	71.467	1,1	106.492	1,8	(32,9)
Incorporação de redes	45.504	0,7	98.917	1,7	(54,0)
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	1.421	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	78.197	1,2	39.820	0,7	96,4
Outros passivos	22.765	0,3	14.178	0,2	60,6
Total do não circulante	3.599.216	54,6	2.520.707	42,6	42,8
Patrimônio líquido					
Capital social	1.514.569	23,0	1.514.569	25,6	-
Reserva de capital	1.861	-	-	-	-
Reserva de lucros	98.826	1,5	199.548	3,4	(50,5)
Dividendos adicionais propostos	89.813	1,4	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	85.054	1,3	101.928	1,7	(16,6)
Outros resultados abrangentes	(44.171)	(0,7)	(17.197)	(0,3)	156,9
Total do patrimônio líquido	1.745.952	26,5	1.798.848	30,4	(2,9)
Total do passivo e patrimônio líquido	6.596.780	100,0	5.917.524	100,0	11,5

ATIVO**Circulante**

Caixa e Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2018 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 138,6 milhões, contra R\$ 357,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, redução de 61,2%, em face dos investimentos realizados.

Clientes, consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica atingiu R\$ 837,2 milhões, o que representa um aumento de 30,1% em comparação com 31 de dezembro de 2017 (R\$ 643,4 milhões), devido, em parte, ao aumento das receitas operacionais.

ATIVO**Não Circulante**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2018 esses ativos atingiram R\$ 2.118,8 milhões, contra R\$ 1.827,3 milhões em 2017, o que representa aumento de 16,0%. Esse aumento decorre, em parte, dos investimentos realizados.

Consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica atingiu R\$ 274,7 milhões, o que representa aumento de 46,6% em comparação com 31 de dezembro de 2017 (R\$ 187,4 milhões), devido, em parte, aos acordos efetuados para recebimento de contas em atraso.

PASSIVO**Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2018, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 145,1 milhões, contra R\$ 336,0 milhões em 2017, o que representa uma redução de 56,8%, em decorrência dos financiamentos captados com vencimento mais longos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2018, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 19,4 milhões, contra R\$ 72,7 milhões em 2017, o que representa uma redução de 73,4%.

PASSIVO**Não Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2018, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 1.826,8 milhões, contra R\$ 1.448,1 milhões em 2017, o que representa um aumento de 26,2%. O aumento no saldo decorre de captação de recursos para fazer frente aos investimentos no setor elétrico e capital de giro.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2018, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 1.188,0 milhões, contra R\$ 461,6 milhões em 2017, o que representa um aumento de 157,4%. A variação no saldo decorre basicamente de duas emissões de debêntures, objeto de colocação pública, no montante de R\$ 855,0 milhões.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2018, a conta Capital Social atingiu R\$ 1.514,6 milhões, mantendo-se o mesmo valor do exercício anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações da Companhia

Em 2020, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 7.703,3 milhões contra R\$ 7.025,8 milhões registrados em 2019, crescimento de 9,6% (R\$ 677,4 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 11,2% (R\$ 390,9 milhões) no ano, para R\$ 4.777,7 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Exercício		
	2020	2019	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	6.098,7	5.841,0	+ 4,4
✓ Residencial	2.808,2	2.558,9	+ 9,7
✓ Industrial	522,8	528,7	- 1,1
✓ Comercial	1.293,1	1.398,1	- 7,5
✓ Rural	891,3	755,1	+ 18,0
✓ Outras classes	583,3	600,1	- 2,8
(+) Suprimento de energia elétrica	150,4	188,6	- 20,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	90,7	98,8	- 8,2
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	696,4	592,2	+ 17,6
(+) Receitas de construção	318,2	635,3	- 49,9
(+) Constituição e amortização - CVA	154,8	(134,0)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	395,3	327,5	+ 20,7
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	113,8	98,0	+ 16,1
(+) Outras receitas	3,3	13,8	- 76,3
(=) Receita bruta	8.021,4	7.661,1	+ 4,7
(-) Impostos sobre vendas	2.403,0	2.170,5	+ 10,7
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(7,3)	20,1	-
(-) Encargos setoriais	529,9	537,5	- 1,4
(=) Receita líquida	5.095,9	4.933,0	+ 3,3
(-) Receitas de construção	318,2	635,3	- 49,9
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	4.777,7	4.297,7	+ 11,2

Foram determinantes para esse desempenho:

- i) Aumento de 8,5% (R\$ 139,0 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 4,4% ou R\$ 257,7 milhões em 2020 sobre 2019);
- ii) Crescimento de 90,1% (R\$ 39,8 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 16,1% ou R\$ 15,7 milhões em 2020 sobre 2019);
- iii) Aumento de 19,3% (R\$ 32,2 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) em relação ao 4T19 (aumento de 17,6% ou R\$ 104,2 milhões em 2020 sobre 2019); e
- iv) Acréscimo de 10,9% (R\$ 5,6 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias em relação ao 4T19 (redução de 20,2% ou R\$ 38,2 milhões em 2020 sobre 2019).

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 3.846,3 milhões em 2020, aumento de 11,8% (R\$ 406,3 milhões), quando comparado com 2019. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) totalizaram R\$ 523,9 milhões, decréscimo de 9,2% (R\$ 52,9 milhões) ante os R\$ 576,8 milhões registrados no 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2020	2019	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	2.906,6	2.544,2	+ 14,2
1.1 Energia comprada	2.540,8	2.265,7	+ 12,1
1.2 Transporte de potência elétrica	365,8	278,5	+ 31,4
2 Custos e Despesas controláveis	667,7	672,5	- 0,7
2.1 PMSO	523,9	576,8	- 9,2
2.1.1 Pessoal	199,3	207,2	- 3,8
2.1.2 Fundo de pensão	(3,9)	9,0	-
2.1.3 Material	41,8	47,7	- 12,3
2.1.4 Serviços de terceiros	243,8	261,1	- 6,6
2.1.5 Outras	42,9	51,8	- 17,3
✓ Multas e compensações	8,2	5,0	+ 62,1
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	28,7	30,7	- 6,7
✓ Outros	6,0	16,0	- 62,5
2.2 Provisões/Reversões	143,8	95,7	+ 50,3
2.2.1 Contingências	(3,8)	(6,3)	- 40,0
2.2.2 Devedores duvidosos	147,6	102,0	+ 44,7
3 Demais receitas/despesas	272,0	223,4	+ 21,8
3.1 Depreciação e amortização	242,1	198,3	+ 22,1
3.2 Outras receitas/despesas	29,9	25,1	+ 19,2
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	3.846,3	3.440,0	+ 11,8
Custo de construção (*)	318,2	635,3	- 49,9
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	4.164,5	4.075,3	+ 2,2

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Exercício			
	2020	2019	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro Líquido	678,0	594,2	+ 14,1	83,8
(-) Contribuição social e imposto de renda	(144,5)	(104,4)	+ 38,4	(40,1)
(-) Resultado financeiro	(108,9)	(159,1)	- 31,6	50,2
(-) Depreciação e amortização	(242,1)	(198,3)	+ 22,1	(43,8)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	1.173,5	1.055,9	+ 11,1	117,6
(+) Receita de acréscimos moratórios	115,8	89,2	+ 29,9	26,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	1.289,3	1.145,1	+ 12,6	144,2
Margem do EBITDA Ajustado (%)	25,3	23,2	+ 2,1 p.p.	

Em 2019, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 7.025,8 milhões contra R\$ 6.339,9 milhões registrados em 2018, crescimento de 10,8% (R\$ 685,9 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 9,0% (R\$ 354,9 milhões) no ano, para R\$ 4.297,7 milhões.

Descrição	Exercício		
	2019	2018	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	5.841,0	4.987,2	+ 17,1
✓ Residencial	2.558,9	2.112,1	+ 21,2
✓ Industrial	528,7	478,8	+ 10,4
✓ Comercial	1.398,1	1.223,1	+ 14,3
✓ Rural	755,1	646,8	+ 16,8
✓ Outras classes	600,1	526,4	+ 14,0

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(+) Suprimento de energia elétrica	188,6	70,4	+ 167,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	98,8	100,4	- 1,6
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	592,2	482,9	+ 22,6
(+) Receitas de construção	635,3	430,6	+ 47,5
(+) Constituição e amortização - CVA	(134,0)	193,7	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	327,5	327,1	+ 0,1
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	98,0	154,9	- 36,7
(+) Outras receitas	13,8	23,3	- 40,7
(=) Receita bruta	7.661,1	6.770,5	+ 13,2
(-) Impostos sobre vendas	2.170,5	1.881,2	+ 15,4
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	20,1	1,4	+ 1.333,0
(-) Encargos setoriais	537,5	514,5	+ 4,5
(=) Receita líquida	4.933,0	4.373,4	+ 12,8
(-) Receitas de construção	635,3	430,6	+ 47,5
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	4.297,7	3.942,8	+ 9,0

Dentre os fatores que favoreceram a receita operacional bruta em 2019 destacam-se:

- i) Acréscimo de 3,9% no número de consumidores e o aumento de 6,8% (aumento de 6,4% no 4T19) do consumo de energia no mercado cativo e livre;
- ii) Aumento de +17,1% (R\$ 853,8 milhões) na receita bruta de vendas para o mercado cativo;
- iii) Aumento de 167,8% (R\$ 118,2 milhões) da receita bruta com suprimento e energia elétrica;
- iv) Acréscimo de 22,6% (R\$ 109,3 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD).

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 3.440,0 milhões em 2019 e R\$ 903,6 milhões no 4T19, aumentos de 6,5% (R\$ 209,2 milhões) e 11,6% (R\$ 91,4 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2018. As despesas com PMSO e 2019 (Pessoal, Material, Serviços e Outros) somaram R\$ 576,8 milhões, redução de 2,8%.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2018	2017	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	2.544,2	2.369,8	+ 7,4
1.1 Energia comprada	2.265,7	2.115,6	+ 7,1
1.2 Transporte de potência elétrica	278,5	254,2	+ 9,6
2 Custos e Despesas controláveis	672,5	620,3	+ 8,4
2.1 PMSO	576,8	593,6	- 2,8
2.1.1 Pessoal	207,2	200,7	+ 3,2
2.1.2 Fundo de pensão	9,0	6,8	+ 32,4
2.1.3 Material	47,7	43,7	+ 9,0
2.1.4 Serviços de terceiros	261,1	269,8	- 3,2
2.1.5 Outras	51,8	72,6	- 28,6
✓ Multas e compensações	5,0	7,7	- 34,8
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	30,7	34,2	- 10,0
✓ Outros	16,0	30,7	- 47,7
2.2 Provisões/Reversões	95,6	26,7	+ 257,6
2.2.1 Contingências	(6,3)	(20,4)	- 69,0
2.2.2 Devedores duvidosos	102,0	47,1	+ 116,4
3 Demais receitas/despesas	223,4	240,7	- 7,2
3.1 Depreciação e amortização	198,3	208,8	- 5,1
3.2 Outras receitas/despesas	25,1	31,9	- 21,2
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	3.440,0	3.230,8	+ 6,5
Custo de construção (*)	635,3	430,6	+ 47,5
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	4.075,3	3.661,4	+ 11,3

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2019, o lucro líquido da Companhia somou R\$ 594,2 milhões, ante R\$ 427,0 milhões em 2018, evolução de 39,2%. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 1.145,1 milhões em 2019, contra R\$ 1.002,8 milhões apurados em 2018, aumento de 14,2%.

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2018	2017	Var. %
(=) Lucro Líquido	594,2	427,0	+ 39,2
(-) Contribuição social e imposto de renda	(104,4)	(106,0)	- 1,5
(-) Resultado financeiro	(159,1)	(179,0)	- 11,1
(-) Depreciação e amortização	(198,3)	(208,8)	- 5,1
(=) Geração de caixa (EBITDA)	1.055,9	920,8	+ 14,7
(+) Receita de acréscimos moratórios	89,2	82,0	+ 8,7
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	1.145,1	1.002,8	+ 14,2
Margem do EBITDA Ajustado (%)	23,2	22,9	+ 0,3 p.p.

Em 2018, a Energisa Mato Grosso apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 6.339,9 milhões contra R\$ 5.453,9 milhões registrados em 2017, crescimento de 16,2% (R\$ 886,0 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 18,1% (R\$ 605,4 milhões) no ano, para R\$ 3.942,8 milhões.

Descrição	Exercício		
	2018	2017	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	4.987,2	4.520,9	+ 10,3
✓ Residencial	2.112,1	1.884,2	+ 12,1
✓ Industrial	478,8	466,3	+ 2,7
✓ Comercial	1.223,1	1.122,6	+ 9,0
✓ Rural	646,8	564,1	+ 14,7
✓ Outras classes	526,4	483,7	+ 8,8
(+) Suprimento de energia elétrica	70,4	95,6	- 26,4
(+) Fornecimento não faturado líquido	100,4	9,8	+ 924,5
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	482,9	450,2	+ 7,3
(+) Receitas de construção	430,6	513,9	- 16,2
(+) Constituição e amortização - CVA	193,7	56,1	+ 245,3
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	327,1	281,1	+ 16,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	154,9	46,7	+ 231,7
(+) Outras receitas	23,3	(6,5)	-
(=) Receita bruta	6.770,5	5.967,8	+ 13,5
(-) Impostos sobre vendas	1.881,2	1.691,3	+ 11,2
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	1,4	24,7	- 94,3
(-) Encargos setoriais	514,5	400,5	+ 28,5
(=) Receita líquida	4.373,4	3.851,3	+ 13,6
(-) Receitas de construção	430,6	513,9	- 16,2
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	3.942,8	3.337,4	+ 18,1

Dentre os fatores que favoreceram a receita operacional bruta em 2018 destacam-se:

- i) Acréscimo de 2,8% no número de consumidores e o aumento de 3,1% (aumento de 5,6 no 4T18) do consumo de energia no mercado cativo e livre;
- ii) Aumento de 10,3% (R\$ 466,3 milhões) da receita bruta no mercado cativo em relação a 2017;
- iii) Constituição de receita no valor de R\$ 193,7 milhões em decorrência de reconhecimento de ativos e passivos financeiros regulatórios;
- iv) Constituição de ativo financeiro indenizável no valor de R\$ 154,9 milhões;
- v) Reconhecimento de receita não faturada no montante de R\$ 100,4 milhões;
- vi) Acréscimo de 7,3% (R\$ 32,7 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 3.230,8 milhões em 2018, aumento de 7,1% (R\$ 214,3 milhões), quando comparado com 2017. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) somaram R\$ 593,6 milhões, aumento de 13,8%, explicado especialmente pela rubrica de Pessoal, em função do incremento das equipes de campo para combate às perdas e manutenção (+ R\$ 26,3 milhões).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2018	2017	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	2.369,8	2.229,3	+ 6,3
1.1 Energia comprada	2.115,6	2.075,9	+ 1,9
1.2 Transporte de potência elétrica	254,2	153,4	+ 65,7
2 Custos e Despesas controláveis	620,3	587,4	+ 5,6
2.1 PMSO	593,6	521,4	+ 13,8
2.1.1 Pessoal	200,7	174,4	+ 15,1
2.1.2 Fundo de pensão	6,8	8,0	- 15,0
2.1.3 Material	43,7	38,1	+ 14,7
2.1.4 Serviços de terceiros	269,8	233,6	+ 15,5
2.1.5 Outras	72,6	67,3	+ 7,9
✓ Multas e compensações	7,7	29,4	- 73,8
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	34,2	23,7	+ 44,3
✓ Outros	30,7	14,2	+ 116,2
2.2 Provisões/Reversões	26,7	66,0	- 59,5
2.2.1 Contingências	(20,4)	(4,6)	+ 343,5
2.2.2 Devedores duvidosos	47,1	70,6	- 33,3
3 Demais receitas/despesas	240,7	199,8	+ 20,5
3.1 Depreciação e amortização	208,8	194,4	+ 7,4
3.2 Outras receitas/despesas	31,9	5,4	+ 490,7
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	3.230,8	3.016,5	+ 7,1
Custo de construção (*)	430,6	513,9	- 16,2
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	3.661,4	3.530,4	+ 3,7

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Em 2018, o lucro líquido da Energisa Mato Grosso somou R\$ 427,0 milhões, ante R\$ 4,8 milhões em 2017, evolução de 8.795,8%. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 1.002,8 milhões em 2018, contra R\$ 580,3 milhões apurados em 2017, aumento de 72,8%. Esse desempenho decorre, principalmente, do aumento de R\$ 477,7 milhões na parcela B dessa distribuidora resultante dos reajustes/revisões tarifárias e do crescimento de mercado.

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2018	2017	Var. %
(=) Lucro Líquido	427,0	4,8	+ 8.795,8
(-) Contribuição social e imposto de renda	(106,0)	(30,8)	+ 244,2
(-) Resultado financeiro	(179,0)	(285,3)	- 37,3
(-) Depreciação e amortização	(208,8)	(194,4)	+ 7,4
(=) Geração de caixa (EBITDA)	920,8	515,3	+ 78,7
(+) Receita de acréscimos moratórios	82,0	65,0	+ 26,2
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	1.002,8	580,3	+ 72,8
Margem do EBITDA Ajustado (%)	22,9	15,1	+ 7,8 p.p

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As Tarifas de Energia Elétrica são fixadas pela ANEEL para cada concessionária de energia conforme características específicas de cada área de concessão (território geográfico onde cada empresa é contratualmente

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

obrigada a fornecer energia elétrica), refletindo peculiaridades de cada região, como número de consumidores, quilômetros de rede e tamanho do mercado (quantidade de energia atendida por uma determinada infraestrutura), custo da energia comprada, tributos estaduais e outros.

Conforme contrato de concessão da EMT, o Poder Concedente procederá, a cada 5 anos, as revisões dos valores das tarifas de comercialização de energia, alterando-as para mais ou para menos, de forma a assegurar a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para este fim, o Poder Concedente deve considerar as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

Em reunião pública ordinária da diretoria, ocorrida em 7 de abril de 2020, aprovou o reajuste tarifários da Energisa Mato Grosso (“EMT”), a ser válido a partir de 8 de abril de 2020. No entanto, considerando o momento atual de crise devido à COVID-19, a empresa propôs o diferimento da aplicação dos reajustes para o dia 1 de julho de 2020, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros.

Os índices de reajuste aprovados constam da tabela abaixo:

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da EMT
Baixa Tensão	2,40%
Alta e Média Tensão	2,65%
Total	2,47%

O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores dos custos não gerenciáveis da concessão (Parcela A - compra de energia, encargos setoriais e encargos de transmissão) e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B - distribuição) pela variação do IGP-M menos o Fator X, que repassa aos consumidores os ganhos de produtividade anuais da concessionária.

A variação nos custos da **Parcela A** foi de 6,30%, totalizando R\$ 3.159,0 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 6,82% nos custos com compra de energia devido à energia de Itaipu, valorada em dólar. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia (“PMix”) foi definido em R\$ 232,31/MWh.

A variação da **Parcela B** foi de 6,74%, totalizando R\$ 1.177,2 milhões, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 6,81%, deduzida do Fator X, de 0,07%.

A tabela a seguir detalha cada componente do reajuste tarifário:

Efeito Médio a Ser Percebido: + 2,47%	Repasse Variação das Parcelas A e B: + 6,46%	Parcela B	+ 2,42%
		Compra de Energia	+ 2,99%
		Encargos Setoriais	- 0,43%
		Custos de Transmissão	+ 1,48%
	Variação nas Contas de Natureza Financeira: - 3,99%	Retirada dos itens financeiros do processo anterior	- 5,61%
		Itens Financeiros do processo atual	+ 1,62%

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Variações no IPC-A afetam os contratos de compra de energia e alteram o resultado operacional. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o resultado financeiro.

CDI e TJLP: Parcela considerável às quais as dívidas da Companhia estão indexadas. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente sua capacidade de pagamento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os contratos de fornecimento de energia comprada para revenda pela distribuidora está indexado a índices de preços e são reajustados anualmente. Os serviços contratados de terceiros têm seus preços reajustados nas negociações em função do aumento dos preços dos insumos utilizados em nosso atendimento, tais como: mão-de-obra, equipamentos, material sobressalente, combustível, alimentação, entre outros. Parte do custo com pessoal varia em função do índice de inflação, em virtude dos dissídios salariais.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Comentários sobre:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Comentários sobre:****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis****b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis****2020****(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3 / CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e/ou substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

2019**CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil/IFRS 16-Leases:**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de até 12 meses). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor do incremento do passivo de arrendamento em contrapartida de um ajuste do ativo de direito de uso.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização anterior de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º janeiro de 2019, exige que os arrendatários e arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A adoção do CPC 06 (R2) não afetou a capacidade da Companhia de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos nas notas explicativas nº 17 e 18.

Os efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) estão como segue:

Impacto sobre o balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2019	Ativo	Passivo
Intangível - Direito de uso - imóveis	7.225	-
Arrendamentos operacionais	-	7.225

Em 31 de dezembro de 2019 os efeitos do CPC 06 (R2) estão apresentados abaixo:

Balanço patrimonial	Saldo em 2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 2019
Ativo			
Ativo circulante	2.130.674	-	2.130.674
Ativo realizável a longo prazo	3.570.824	-	3.570.824
Investimentos	6.228	-	6.228
Imobilizado	14.898	-	14.898
Intangível	2.016.215	(7.165)	2.009.050
Direito de uso - imóveis	7.165	(7.165)	-
Ativo total	7.738.839	(7.165)	7.731.674
Passivo			
Passivo circulante	1.543.767	(2.495)	1.541.272
Arrendamentos operacionais	2.574	(2.574)	-
Impostos e contribuições sociais	87.118	79	87.197
Passivo não circulante	3.976.501	(4.823)	3.971.678
Arrendamentos operacionais	4.823	(4.823)	-
Patrimônio Líquido	2.218.571	153	2.218.724
Passivo total	7.738.839	(7.165)	7.731.674

Demonstração do resultado	Saldo 2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo 2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	4.932.960	-	4.932.960
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(3.841.034)	(451)	(3.841.485)
Amortização e depreciação	(198.263)	2.081	(196.182)
Outros	(51.832)	(2.532)	(54.364)
Resultado bruto	1.091.926	(451)	1.091.475
Despesas/Receitas operacionais	(234.282)	-	(234.282)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	857.644	(451)	857.193
Resultado financeiro	(159.090)	683	(158.407)
Outras despesas financeiras	(12.241)	683	(11.738)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	698.554	232	698.786
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(104.398)	(79)	(104.477)
Lucro líquido do exercício	594.156	153	594.309

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, onde a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A interpretação determina que a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados.

Na avaliação da Administração da Companhia, a interpretação não traz impactos significativos às demonstrações financeiras, pois os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação, opiniões de consultores, internos e externos, e em precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017;
- CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;
- CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos;
- CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimentos em conjunto;
- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto;
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro;
- CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos;

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não contém ressalvas e ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “hedge”:

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 33, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de “hedge”, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de “hedge” (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de “hedge” e como determinar o índice de “hedge”). Um relacionamento de “hedge” se qualifica para contabilidade de “hedge” se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “hedge”.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de “hedge” da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “hedge” que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os “hedges” que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de “hedge” são registrados conforme descrito abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

“Hedges” de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de “hedge” é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de “hedge” atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para “hedges” de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “hedge”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de “hedge” for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Ativos e passivos financeiros setoriais - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivo financeiro ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivo financeiro ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 31, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

Consumidores e concessionárias - inclui o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

Estoques - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

Ativos e passivos financeiros setoriais - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

Ativo financeiro indenizável da concessão - corresponde ao contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 14;

Imobilizado - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

Intangível - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável;

Ativo contratual - Infraestrutura em construção - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;

Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso - tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

Receitas - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;

Custos e despesas operacionais - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

Investimentos de capital - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas e são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2019 e 2018, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva; Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

Derivativos - os instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício;

Imposto de renda e contribuição social - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Incentivos fiscais SUDAM - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 13);

Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

Dividendos - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;

Receita Operacional - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção, receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), venda de energia na CCEE, receita de CVA e outras receitas relacionadas a serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção corresponde às receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A receita de CVA e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenção governamental somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (nota explicativa nº 11 referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Benefícios pós-emprego - plano de suplementação de aposentadoria e pensões - a obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. A Companhia patrocina, plano de assistência médica e hospitalar aos colaboradores que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

a.i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

a.ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

a.iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

a.iv. contratos de construção não terminada

a.v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia (*off balance sheet*).

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia (*off balance sheet*).

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a.i. Investimentos

Em 2020 o valor totalizou R\$ 466,3 milhões (contra R\$ 743,3 milhões no 2019). Essa redução ocorreu devido à revisão estratégica do plano de investimentos da Companhia para adaptação aos efeitos da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, foram preservados investimentos essenciais para a continuidade das operações, e postergados, de forma prudente, projetos menos prioritários, visando à proteção ao caixa e à gestão de liquidez da Companhia.

A prioridade foi destinar recursos a obras que melhorem a qualidade dos serviços prestados, promovam a regularização, construção de redes e ligação de novos clientes.

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2020	2019	Var. %
Ativo Elétrico	332,5	701,3	- 52,6
Obrigações Especiais	112,1	10,6	+ 957,5
Ativo não Elétrico	21,7	31,4	- 30,9
Total dos Investimentos	466,3	743,3	- 37,3

(*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as principais realizações no ano, destacaram-se:

- ✓ Mais 2.069 ligações de clientes no programa luz para todos (sétima tranche), que teve sua conclusão postergada para 2021, e mais de 1.806 ligações de clientes baixa-tensão rural com extensão de rede;
- ✓ Conclusão e energização da linha de distribuição 138kv vila rica-santa do araguaia, para interligar ao 3º ponto de suprimento na região do araguaia;
- ✓ Construção de uma linha de distribuição 138kv derivação espigão do leste x se espigão na região nordeste do estado de mato grosso, atendendo cargas reprimidas da região com grande desenvolvimento no agronegócio;
- ✓ Construção da se espigão do leste com uma potência instalada de 30mva para atendimento as cargas reprimidas da região do araguaia em grande desenvolvimento no agronegócio;
- ✓ Conclusão e energização de uma linha em circuito duplo 138kv derivação rodoviária x se rodoviária, ampliando a capacidade de atendimento a carga na capital do estado de mato grosso;
- ✓ Conclusão e energização da recapacitação da linha de distribuição 138kv coxipó rede básica-barro duro, que atende a maior subestação da capital mato-grossense;
- ✓ Conclusão e energização de uma nova linha de distribuição de 138kv barro duro - casca iii, aumentando a capacidade disponibilizada de energia e a confiabilidade do anel de 138kv na região metropolitana do estado de mato grosso;
- ✓ Conclusão e energização de mais um transformador de 138/34,5kv - 30mva na se primavera rural para atendimento ao crescimento da carga do agronegócio na região, em particular atendimento aos pivôs de irrigação;
- ✓ Projetos de melhoria na qualidade do produto e dos serviços das redes de média-tensão;
- ✓ Projetos de combate a perdas, com blindagem de rede, sistema medição centralizada, entre outros.

Para 2021, a Energisa Mato Grosso estima investir R\$ 574,8 milhões assim distribuídos:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Ativos Elétricos	Ativos Não-Elétricos	Ativos Próprios Total	Obrigações Especiais (CDE, CCC, Participação Financeira do Consumidor e P&D/PEE)	Total
428,2	36,0	464,3	110,6	574,8

Os valores acima foram estimados pela administração Companhia e englobam os ativos elétricos e não elétricos próprios, assim como obrigações especiais, especialmente dos segmentos de distribuição e transmissão, tendo como foco: (i) o programa de universalização de energia elétrica; (ii) o atendimento de novas cargas e expansão das redes elétricas; (iii) a manutenção e substituição de ativos das redes elétricas; (iv) a melhoria da qualidade na prestação de serviços de distribuição; (v) o combate ao furto de energia; e (vi) o aperfeiçoamento de processos internos e de informática.

a.ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento de bancos comerciais, BNDES e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais. Os investimentos da Companhia e de suas controladas foram realizados com as fontes de financiamento descritas nos itens 10.1(d) e 10.1(f) deste Formulário de Referência. Para os investimentos a serem realizados no futuro, a Companhia pretende utilizar as fontes de financiamento descritas no item 10.1(e) deste Formulário de Referência.

a.iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que não estão previstos desinvestimentos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a sua capacidade produtiva nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

c. Novos produtos e serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.